

Apresentação

O Boletim Econômico Capixaba é uma publicação mensal do Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo (Ideies), entidade da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes) e apresenta as principais análises e indicadores da economia brasileira e capixaba.

O objetivo do Boletim é reunir os últimos dados disponíveis para cada área. Assim, para algumas como produção física, comércio, serviços e crédito, a última informação refere-se a agosto de 2019. Para outras, como inflação, comércio exterior e finanças públicas, os números mais recentes são de setembro de 2019. Os dados apresentados são aqueles disponíveis até o dia 28/10/2019.

A publicação está dividida em oito seções. A primeira se alterna a cada mês, ora trazendo um **Assunto em Destaque**, ora um **Especialista Convidado**. Nesta edição, o especialista convidado é Celso Bissoli Sessa, doutor em economia pela UFMG e professor do Departamento de Economia da UFES.

A segunda seção – **Cenário Econômico** – mostra que o Copom anunciou novo corte na taxa Selic no fim de outubro, renovando a mínima histórica aos 5,0% a.a. Já o IPCA acumulado em 12 meses até setembro caiu para 2,89% no Brasil e 2,13% para a Grande Vitória.

A terceira seção – **Mercado de Trabalho** – aponta que, segundo o Caged, setembro teve saldo positivo de empregos formais no Brasil (+157.213) e no Espírito Santo (+2.929), aqui com altas nos serviços, comércio, construção civil e indústria de transformação, e queda na agropecuária.

Na quarta seção – **Desempenho Industrial** – os dados da produção física de agosto mostram que a indústria brasileira teve queda de -1,7% no mês, enquanto a capixaba teve baixa de -1,4%. No acumulado em 12 meses até julho, a indústria nacional registrou desempenho negativo na produção física (-1,7%), enquanto no Espírito Santo a queda é de -7,2%.

A quinta seção – **Comércio Exterior** – mostra que as exportações do Espírito Santo tiveram grande aumento no mês de setembro, mas por influência pontual da venda da Plataforma P-68. Este fato fez a balança comercial do estado em 2019

superar o acumulado no mesmo período de 2018, somando US\$ 2,5 bilhões.

A sexta seção – **Crédito** – traz o saldo da carteira total no mês de agosto, com aumento de 1,1% para o país e de 1,0% para o estado, em relação a julho. Na comparação anual contra agosto de 2018, o crédito nacional acumula alta de 2,1% e o capixaba tem aceleração de 7,4%.

A sétima seção – **Finanças Públicas Estaduais** – aborda os resultados bimestrais e quadrimestrais apurados até agosto nos relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal, comparando os estados e mostrando que o Espírito Santo segue bem posicionado no quesito fiscal.

A última seção apresenta os **Comentários Finais**.

Além deste documento com as análises completas, o Ideies disponibiliza todos os gráficos e tabelas deste Boletim em formato de planilha, possibilitando uma nova forma de visualizar e interagir com os dados. Você pode baixar o arquivo em: http://bit.ly/DadosBEC_outubro19.

Ótima leitura!

Seções

1. Especialista Convidado – Celso Bissoli Sessa	02
2. Cenário Econômico	05
3. Mercado de Trabalho	09
4. Desempenho Industrial	12
5. Comércio Exterior	15
6. Crédito	20
7. Finanças Públicas Estaduais	23
8. Comentários Finais	28

1. Especialista Convidado

Guerra fiscal e desenvolvimento regional - Celso Bissoli Sessa¹

As desigualdades regionais e as diversas tentativas de sua superação têm sido tema de estudo há várias décadas, embora tenham encontrado pouca ressonância nos debates econômicos do país. Mas essa falta de apelo não significa, de maneira alguma, que a importância deste tema seja menor ou que sua compreensão seja simples. As guerras fiscais, como uma das estratégias mais comuns entre os estados, não podem ser vistas fora desses debates.

São bastante conhecidos os processos de formação econômica do Brasil e de industrialização nacional, que consolidaram São Paulo como centro dinâmico do país. Porém, pouco se fala que esses processos sempre foram acompanhados das reivindicações dos estados por mais igualdade. Apesar das políticas nacionais de desenvolvimento, esses conflitos não diminuíram. É neste contexto de disparidades regionais que os estados passam a pôr em prática diversos programas de incentivos fiscais para atrair investimentos na tentativa de reduzir seu "atraso" econômico. Um pouco do olhar histórico nos ajuda a entender melhor os fatores que levaram ao acirramento das guerras fiscais entre os estados.

A "arma" utilizada nestas disputas foi forjada nas mudanças da estrutura econômica do país.

Desde os ciclos de exploração, o Brasil sempre esteve bastante vinculado ao mercado internacional e, por isso, o sistema tributário tinha como principal fonte de receitas o comércio exterior, principalmente com o imposto de importação.

Porém, à medida que o mercado interno foi se ampliando, essa fonte passou a ser cada vez mais importante e o sistema tributário precisava ser reestruturado para aproveitar esse crescimento.

Em 1966, foi criado o ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias), que era um imposto incidente sobre o valor agregado.

Mesmo que do ponto de vista nacional o ICM fosse um imposto sobre consumo, do ponto de vista dos estados esse imposto era, na verdade, um híbrido que incidia sobre a produção e o consumo já que eram adotadas diferentes alíquotas na origem e no destino das mercadorias. Na prática, essa mudança vinculou a arrecadação dos estados à parcela da produção que estava localizada em seus territórios, abrindo a possibilidade de sua utilização como instrumento de desenvolvimento regional pelos estados.

Nas décadas seguintes, com as crises financeiras dos anos 80 e 90, o poder de ação do governo federal foi reduzido e as políticas macroeconômicas de estabilização foram priorizadas, deixando de lado as preocupações com o desenvolvimento regional. Neste cenário adverso, os estados começaram a reivindicar uma participação maior nos recursos federais.

Esse movimento resultou na expansão da base de arrecadação dos estados com a incorporação ao ICM dos antigos impostos sobre minerais, energia elétrica e combustíveis, dando origem ao ICMS, que passou a ser o mais extenso dos tributos incidentes sobre a produção e sobre o consumo. Essa medida ampliou o "poder de fogo" dos estados e expandiu, ainda mais, a utilização do ICMS como base das políticas de desenvolvimento. Embora ações tenham sido impetradas junto ao STF para questionar o uso indiscriminado do ICMS, se tornou prática comum a reedição de leis assim que alguma era declarada inconstitucional.

A dificuldade em se controlar as guerras fiscais se dá, em parte, porque em muitos casos não há manipulação explícita das alíquotas do ICMS.

Um dos principais instrumentos utilizados são as chamadas operações triangulares. Por essas operações, as

¹ Celso Bissoli Sessa é Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Possui graduação em Ciências Econômicas e Mestrado em Economia pela UFES e Doutorado em Economia Aplicada pelo CEDEPLAR/UFMG.

empresas pagam o imposto e recebem parte desse valor de volta na forma de um financiamento em condições muito vantajosas. Em outras situações, são adotados os créditos presumidos, quando a empresa apura o imposto devido e esse valor é, total ou parcialmente, anulado por uma estimativa daquilo que foi previamente pago ao longo da cadeia produtiva.

Como em ambos os casos os incentivos funcionam, na prática, como renúncia fiscal de uma receita inexistente no momento da concessão dos benefícios, essa se tornou a principal justificativa para utilização dos incentivos fiscais.

Ou seja, não se trata de despesa orçamentária ou custo fiscal para os estados e sim de renúncia de uma receita potencial, sem comprometimento significativo do nível de receita corrente. Isso explica, inclusive, porque os estados, mesmo endividados, conseguem oferecer tantos incentivos para atração de investimentos. Dependendo da magnitude dos incentivos, as empresas beneficiadas praticamente deixam de existir do ponto de vista da arrecadação tributária.

Nos anos 2000, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o governo federal tentou impor limites às guerras fiscais ao exigir que os estados apresentassem estimativas dos impactos financeiros desses incentivos e, ao mesmo tempo, apresentassem algumas medidas compensatórias de aumento de receita.

Na prática, essa lei afetou apenas parcialmente as guerras fiscais, pois não estabeleceu nenhum critério sobre o uso da receita incremental de ICMS. Os estados contornaram essas exigências ampliando os prazos de pagamento do ICMS como estratégia para reduzir as estimativas e camuflar os impactos dos incentivos fiscais nos orçamentos estaduais.

Embora esse debate tenha sido muito influenciado pela metáfora “guerra fiscal” e pelas consequências sobre as finanças públicas, as disputas entre os estados suscitam um questionamento mais amplo: a concessão de incentivos fiscais pode ser considerada uma política de desenvolvimento regional?

Se a resposta for afirmativa, não se pode avaliar essas políticas positiva ou negativamente somente do ponto de vista fiscal, inclusive porque essa relação entre guerra fiscal e orçamentos estaduais não é tão óbvia quanto parece.

Não há um consenso sobre os ganhos e as perdas das guerras fiscais, ou seja, a relação custo-benefício dessas políticas é bastante complexa de ser estabelecida.

Os argumentos favoráveis vão desde o crescimento econômico estimulado pela menor carga tributária até o aumento da receita tributária futura. Os argumentos contrários, por outro lado, exploram questões como o tratamento desigual entre empresas e, com mais frequência, os conflitos envolvidos na redução das receitas públicas. Para muitos, as guerras fiscais, mesmo que sejam capazes de gerar benefícios aos estados que a praticam, esbarrariam nos limites dados pelas próprias condições financeiras de se conceder tais incentivos. A crescente concessão de incentivos fiscais levaria ao agravamento das condições orçamentárias dos estados, provocando um movimento de imploração fiscal. Este ponto remonta à capacidade dos estados de suportar perdas de arrecadação decorrentes da guerra fiscal, uma vez que desde 2002 a maior parte dos estados já tem registrado déficits públicos recorrentes.

Questões fiscais à parte, resta considerar até que ponto os resultados destas políticas são capazes de promover o desenvolvimento regional, ou seja, em que medida influenciam os investimentos, os empregos, a renda e o consumo da população.

De fato, a análise dos programas implementados pelos estados indica forte preocupação com metas que ultrapassam a ampliação da arrecadação tributária, pelo menos como efeito de curto prazo, incluindo objetivos como geração de empregos e desenvolvimento de áreas consideradas prioritárias, sem grandes critérios de seletividade.

Alguns poucos trabalhos procuram avaliar os impactos da guerra fiscal em termos mais amplos de desenvolvimento. A tese de doutorado deste autor (SESSA, 2019)², que utiliza exercícios de simulação com redução do ICMS no Espírito Santo, traz alguns resultados que ajudam a entender, pelo menos em parte, a vitalidade da guerra fiscal, contrariando a argumentação, frequentemente utilizada, de que a guerra fiscal “acabaria por si mesma”, pois a capacidade de gerar resultados seria limitada. Ou seja, a disputa travada pelos governos estaduais pode ser considerada predatória do ponto de vista tributário, mas, ainda assim, assegura ganhos de bem-estar para a população.

Por não haver um critério específico que permita comparar todos os efeitos envolvidos, não é possível concluir, sem sombra de dúvidas, se a relação custo-benefício das guerras fiscais é positiva ou negativa em termos de desenvolvimento.

Os argumentos contrários aos incentivos fiscais só podem ser totalmente aceitos se essas disputas por investimentos estiverem ocorrendo entre regiões com iguais condições concorrenciais. Porém, a realidade das regiões geralmente está muito longe disso. As regiões menos desenvolvidas não conseguem atrair os investimentos necessários ao crescimento de longo prazo da mesma forma que as regiões mais dinâmicas.

Tão importante quanto o desenvolvimento das forças produtivas é a busca por maior equilíbrio regional, o que requer uma ação pública ainda mais ativa.

As guerras fiscais se alimentam da concentração regional. Em situações nas quais o governo, diante de significativas disparidades regionais, se ausenta da responsabilidade por políticas integradas de desenvolvimento regional, fica politicamente legitimada a pretensão das regiões em instituir políticas próprias com o formato de guerra fiscal, embora essas políticas se mostrem incapazes de criar instrumentos genuinamente endógenos de desenvolvimento.

Portanto, diante da inoperância político-institucional das relações federativas, ao não garantir um equilíbrio mínimo entre os diversos interesses regionais, há claros incentivos econômicos para que as disputas estaduais persistam.

² SESSA, C. B. “Comércio Exterior, Guerra Fiscal e Dinâmica Regional Assimétrica no Brasil e no Espírito Santo” Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Economia/CEDEPLAR/FACE/UFMG, Belo Horizonte, 2019. Acesse em: <https://www.cedeplar.ufmg.br/publicacoes/teses-e-dissertacoes/teses-economia>

2. Cenário Econômico

No decorrer do mês de outubro, o Senado aprovou nos dois turnos de votação o texto base da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 6/2019 – Reforma da Previdência. O primeiro turno ocorreu no dia 1º e resultou na aprovação do texto-base da reforma por 56 votos a 19. Já no segundo turno, no dia 22, 60 senadores foram favoráveis à proposta e 19 contrários.

Após esta aprovação no Senado, a próxima etapa é a promulgação da PEC pelo Congresso Nacional. Ainda sem data marcada, espera-se que ocorra em novembro.

Por sua vez, a PEC paralela – que reúne as alterações propostas pelos senadores sem embargar o processo do texto original³ – tem sido motivo de dúvidas quanto à agilidade do seu processo. Apesar do otimismo de alguns deputados e senadores para a aprovação ainda este ano, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, declarou que a PEC paralela deverá ser aprovada pela casa somente no início do próximo ano⁴.

Com a aprovação da Reforma da Previdência no Senado, outra pauta econômica passou a ter destaque na Câmara dos Deputados no final do mês de outubro, a PEC da reforma administrativa. Esta reforma tem como objetivo a redução de gastos do governo com o funcionalismo

público. Ainda em elaboração, suas propostas consistem em reestruturações como o processo seletivo, os salários dos ingressantes, o tempo de férias e a progressão da carreira desses servidores.

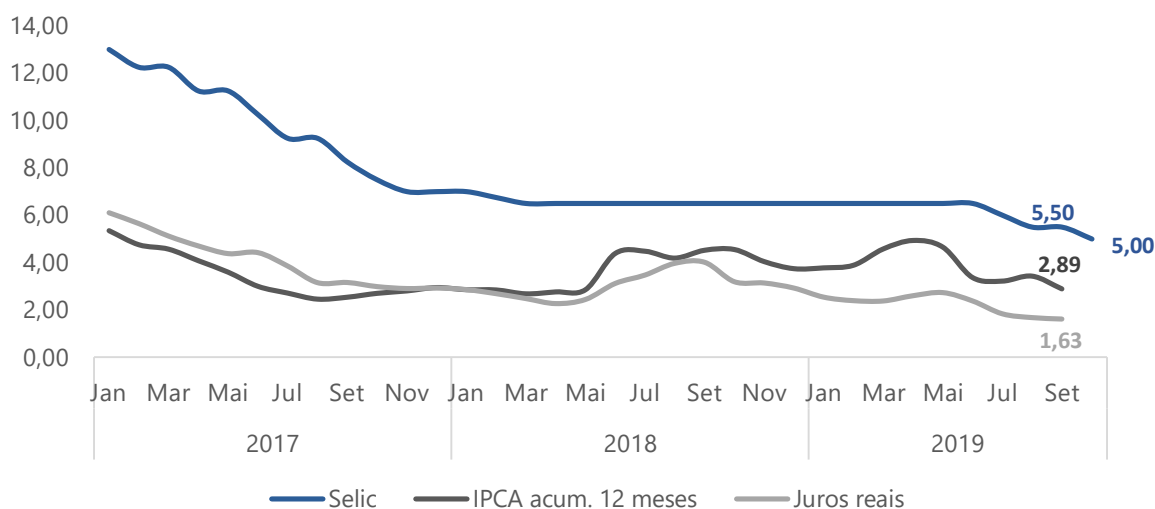
O Comitê de Política Monetária (Copom) constantemente sinaliza em suas atas de reunião que o prosseguimento da Reforma da Previdência, bem como o de outras reformas da economia brasileira, é de grande importância para as tomadas de decisões acerca da política monetária nacional.

Seguindo essa direção, na reunião dos dias 29 e 30 de outubro, o Copom reduziu a taxa básica de juros da economia, a Selic, de 5,50% a.a. para 5,00% a.a. Com unanimidade, esta foi a terceira redução consecutiva, e renovou o patamar mínimo histórico da taxa no Brasil.

Para a próxima reunião em dezembro, o Copom sinalizou que poderá repetir a redução de 0,5 p.p., com base no cenário positivo da inflação. De acordo com o Relatório Focus, a expectativa para a inflação deste ano está em 3,29%. Para 2020, a revisão da inflação passou de 3,79% para 3,60%.

Também para 2020, o Relatório aponta as expectativas de crescimento do PIB, que vêm sendo mantidas em 2,00% a.a. nas últimas semanas.

Gráfico 1 - Evolução da Selic, IPCA acumulado em 12 meses e Juros Reais (%)



Fonte: Banco Central do Brasil; IBGE; LCA
Elaboração: Ideies / Findes

³ Caso o texto original da reforma fosse modificado no Senado, ele retornaria para a Câmara dos Deputados para novas análises. Para evitar a morosidade desta tramitação, as alterações propostas no Senado serão avaliadas na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 133/2019, chamada de PEC paralela.

⁴ Veja mais em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/10/07/interna_politica.1090689/falta-de-consenso-trava-pec-paralela-no-congresso.shtml

Até setembro, a inflação no acumulado em 12 meses atingiu 2,89%, abaixo do verificado em agosto (3,43%) e abaixo do centro da meta do Banco Central para 2019 (4,25%).

Na passagem dos meses, o índice variou -0,04%, invertendo a direção do mês de agosto (0,11%). Três dos nove grupos pesquisados apresentaram deflação nesta base de comparação. São eles: Alimentação e bebidas (-0,43%), Artigos de residência (-0,76%) e Comunicação (-0,01%).

Com peso de 24,63% sobre o índice geral, o grupo de Alimentação e bebidas foi influenciado pela queda de alimentação no domicílio (-0,84%), com destaques para tubérculos, raízes e legumes (-11,33%), hortaliças e verduras (-5,05%) e frutas (-1,79%). O grupo Artigos de residência, com peso de 3,93%, foi influenciado pela queda dos aparelhos eletroeletrônicos (-1,77%).

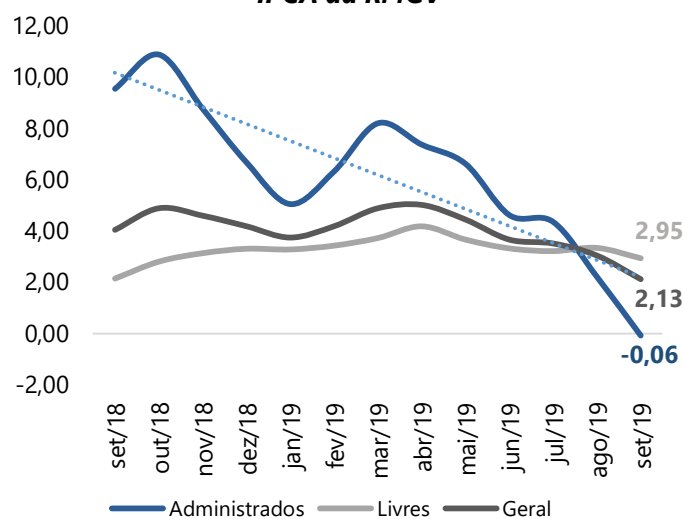
Na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), a inflação mensurada pelo IPCA cresceu 2,13% no acumulado em 12 meses. Entretanto, a inflação permanece em uma trajetória decrescente iniciada em maio, influenciada pelos preços administrados. Nesse período de 12 meses, os preços livres tiveram alta de 2,95%, ao passo que os preços administrados reduziram -0,06%.

Tabela 1 - Variação (%) do IPCA – setembro de 2019

Período	Brasil	RMGV
Índice Mensal	-0,04	-0,02
Preços Livres	-0,10	-0,03
Preços Administrados	0,12	0,01
Acumulado no Ano	2,49	1,72
Preços Livres	1,46	0,97
Preços Administrados	4,23	2,80
Acumulado em 12 meses	2,89	2,13
Preços Livres	2,90	2,95
Preços Administrados	2,87	-0,06

Fonte: IBGE/Ideies
Elaboração: Ideies / Findes

Gráfico 2 - Variação (%) acumulada em 12 meses do IPCA da RMGV



Fonte: IBGE/Ideies
Elaboração: Ideies / Findes

Em relação ao mês anterior, após a variação negativa de agosto (-0,50%), o IPCA da RMGV de setembro manteve-se deflacionado na taxa de -0,02%. Nesta base de comparação os preços livres reduziram -0,03% e os administrados variaram 0,01%. Os principais preços livres que influenciaram a deflação de setembro foram os de Alimentação e bebidas (-0,34%) e os de Artigos de residência (-0,23%). Do lado das altas, o item Condomínio aumentou 1,86% em decorrência do reajuste da taxa de água e esgoto, segundo o IBGE.

Em relação ao Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) foi registrado alta de 0,87% no acumulado em 12 meses até agosto. Mesmo com a desaceleração em relação a julho (1,07%), este resultado afasta as expectativas pessimistas para o desempenho da atividade econômica (mensurada pelo PIB) do terceiro trimestre⁵.

Após recuo de -0,16% em julho, a atividade econômica nacional apresentou leve crescimento de 0,07% em agosto na comparação mensal com ajuste sazonal. Contudo, este resultado encontra-se abaixo das projeções das consultorias e instituições financeiras que esperavam alta de 0,2%⁶ para o índice.

⁵Veja mais em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/10/14/ibc-br-de-agosto-deixa-carregamento-positivo-de-058percent-para-3o-trimestre.ghtml>

⁶Veja mais em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/10/14/ibc-br-subiu-02-em-agosto-dizem-analistas.ghtml>

O volume de serviços no Brasil vem mantendo-se positivo no acumulado em 12 meses, mesmo com oscilações; em agosto, o setor de serviços acumulou alta de 0,6% após variar 0,9% em julho e 0,7% em junho. Nesta mesma base de comparação, o volume de vendas do comércio aumentou 1,4%, ao passo que a produção física da indústria brasileira recuou -1,7%.

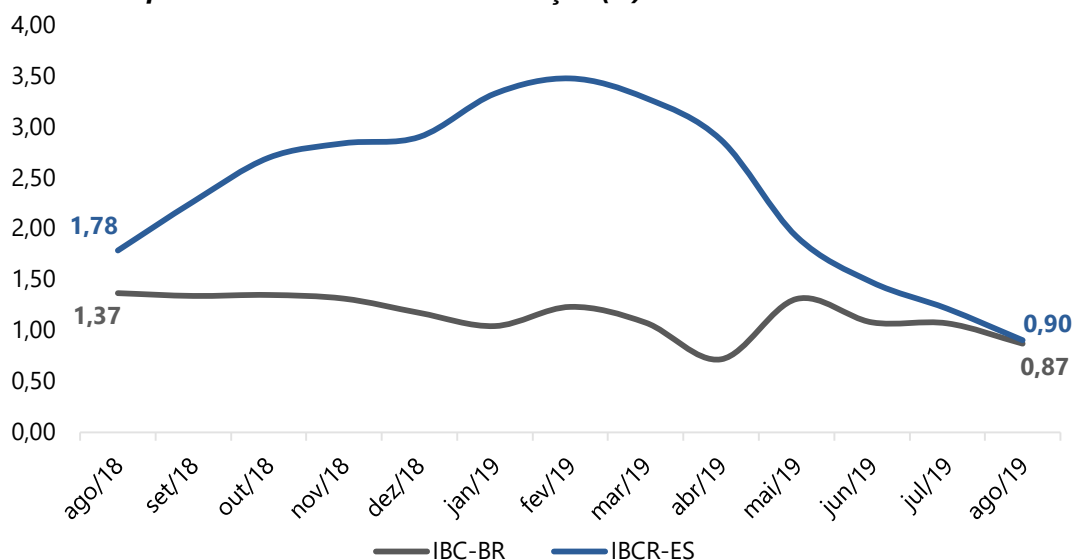
O índice de atividade econômica regional para o Espírito Santo (IBCR-ES) em 12 meses vem desacelerando desde março. Em agosto, o IBCR-ES

registrou alta de 0,90%, após acumular 1,21% em julho e 1,47% em junho.

Neste período, a produção física da indústria capixaba caiu -7,2%, enquanto o volume de vendas do comércio aumentou 5,8% e de serviço reduziu -0,9%.

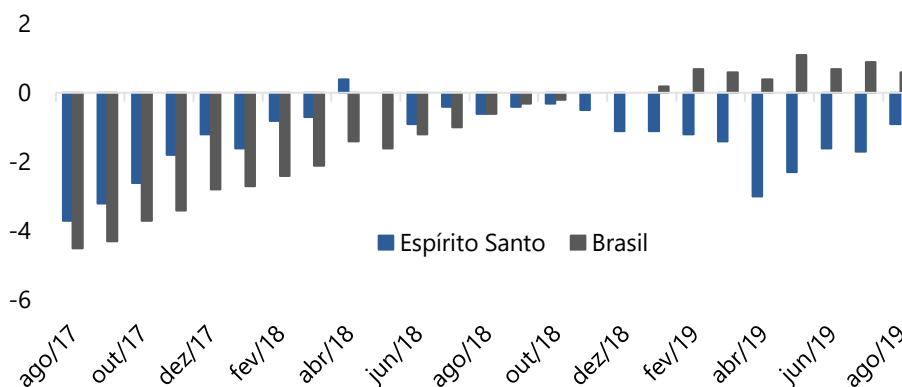
Comparando com julho, em agosto o IBCR-ES retraiu -0,24%, dadas as quedas de -1,4% do setor industrial e de -1,3% do comércio. Apenas o setor de serviços apresentou um desempenho positivo, de 2,8%.

Gráfico 3 - IBCR-BR e IBCR-ES - Variação (%) acumulada em 12 meses



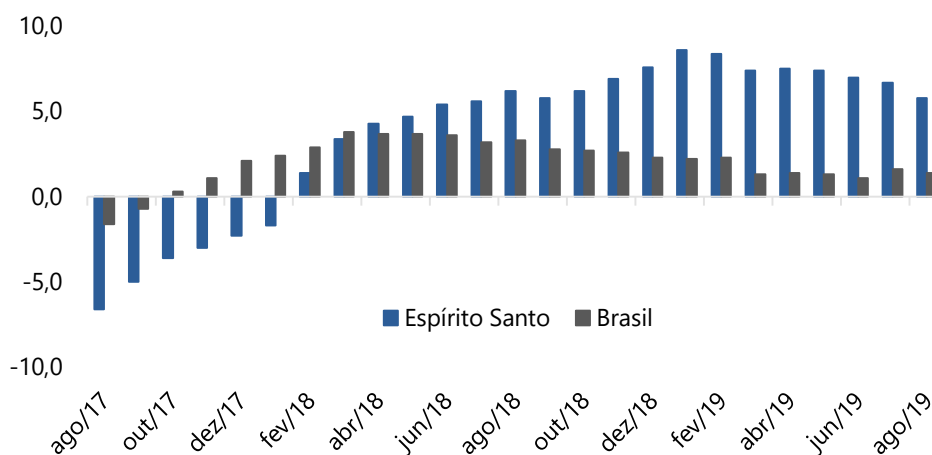
Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Ideies / Findes

Gráfico 4 - Volume de serviços - Variação (%) acumulada em 12 meses



Fonte: IBGE
Elaboração: Ideies / Findes

Gráfico 5 - Volume de vendas no comércio varejista - Variação (%) acumulada em 12 meses



Fonte: IBGE

Elaboração: Ideies / Findes

Tabela 2 - Indicadores Econômicos (variações %)

Indicadores Mensais	Ago 2019 / Jul 2019 ¹	Ago 2019 / Ago 2018	Acumulada no ano	Acumulada em 12 meses
Índice de atividade econômica (IBC-BR)	0,07	-0,73	0,66	0,87
Índice de atividade econômica regional ES	-0,24	-2,44	-0,67	0,90
Produção Física da Indústria (PIM-PF) Brasil	0,8	-2,3	-1,7	-1,7
Produção Física da Indústria (PIM-PF) ES	-1,4	-16,2	-12,8	-7,2
Volume de vendas do comércio (PMC) Brasil	0,1	1,3	1,2	1,4
Volume de vendas do comércio (PMC) ES	-1,3	-0,2	5,1	5,8
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - Brasil	0,0	1,4	3,5	3,7
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - ES	-0,1	-2,6	5,0	7,2
Volume de vendas de serviço (PMS) - Brasil	-0,2	-1,4	0,5	0,6
Volume de vendas de serviço (PMS) - ES	2,8	8,0	0,0	-0,9

¹ Valores com ajuste sazonal

² Comércio Varejista Ampliado, que abrange os segmentos Veículos, Motos e Peças; Material para Construção e Varejo Restrito

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil

Elaboração: Ideies / Findes

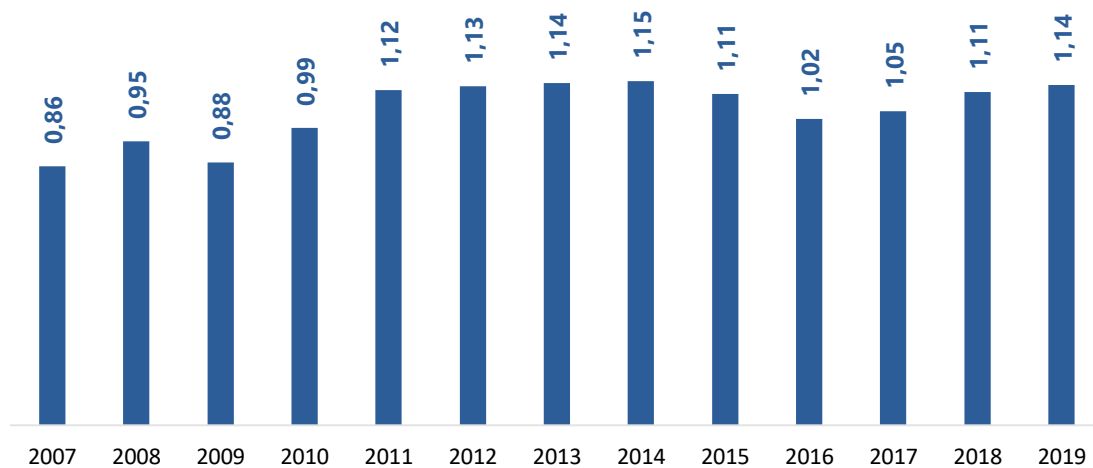
A arrecadação das Receitas Federais totalizou R\$1,14 trilhão de janeiro a setembro de 2019, registrando um crescimento real de 2,2% em relação ao mesmo período do ano passado.

Considerando apenas o mês de setembro, a arrecadação federal foi de R\$113,9 bilhões, um pequeno acréscimo real de 0,1% em relação ao mesmo mês do no passado, e uma queda de -5,0% comparada à arrecadação de agosto.

De acordo com a Receita Federal⁷, o resultado do mês de setembro refletiu, além do desempenho da atividade econômica, o menor volume de arrecadação gerado a partir das reorganizações societárias, as quais impactaram positivamente o montante arrecadado nos meses anteriores. Em setembro, estas reorganizações afetaram negativamente as arrecadações de imposto de renda sobre a pessoa jurídica, e a contribuição social sobre o lucro líquido.

⁷ Para mais informações confira o relatório da Receita Federal com os números completos e análise, disponível em: <http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2019/setembro2019/analise-mensal-set-2019.pdf>

Gráfico 6 - Arrecadação das Receitas Federais de janeiro a setembro – em R\$ trilhões (a preços de setembro de 2019)



Fonte: Ministério da Economia - Receita Federal
Elaboração: Ideies / Findes

3. Mercado de Trabalho

De acordo como o Cadastro Geral de Empregados (Caged), o Brasil segue com a trajetória de expansão em seu mercado de trabalho.

Nos últimos doze meses (out/18 a set/2019) foram criados +548,3 mil novos postos de trabalho, resultado da diferença entre os 16 milhões de trabalhadores admitidos e os 15,4 milhões de desligados. No acumulado de janeiro a setembro de 2019, o saldo positivo de vagas celetistas foi de +761,8 mil no país, número 5,9% maior que o registrado no mesmo período de 2018.

Em setembro de 2019, último dado disponível, o Brasil criou +157,2 mil novos postos de trabalho, variação de 0,4% em relação ao estoque de emprego formal do mês anterior. Este foi o melhor resultado para setembro em cinco anos. Entre os setores, houve a expansão no emprego formal em serviços (+64,5 mil postos), indústria de transformação (+42,2 mil postos), comércio (+26,9 mil postos), construção civil (+18,3 mil postos), agropecuária (+4,5 mil postos), extrativa mineral (+745 postos) e administração pública (+492 postos). Apenas Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)⁸ reduziu o seu número de vagas (-448 postos) neste mês.

Tabela 3 – Emprego formal, Brasil e Espírito Santo – setembro de 2019

Período	Brasil			Espírito Santo		
	Admitidos	Desligados	Saldos	Admitidos	Desligados	Saldos
Setembro de 2019 *	1.341.716	1.184.503	157.213	26.373	23.444	2.929
Acumulado em 2019 (jan-set)**	12.416.563	11.654.787	761.776	273.013	254.778	18.235
Acumulado em 12 meses (out/18 - set/19)**	15.966.514	15.418.217	548.297	348.624	329.864	18.760

(*) Dados sem ajuste das declarações fora do prazo

(**) Valores ajustados por meio das declarações enviadas (até agosto de 2019) fora do prazo para a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

Fonte: Caged / Secretaria Especial do Trabalho e Previdência (Ministério da Economia)

Elaboração: Ideies / Findes

⁸ Serviços de utilidade pública são serviços essenciais prestados pelo estado - ou concedidos a terceiros - diretamente para a comunidade. Como exemplo podemos citar: eletricidade, saneamento, coleta de lixo e telecomunicação.

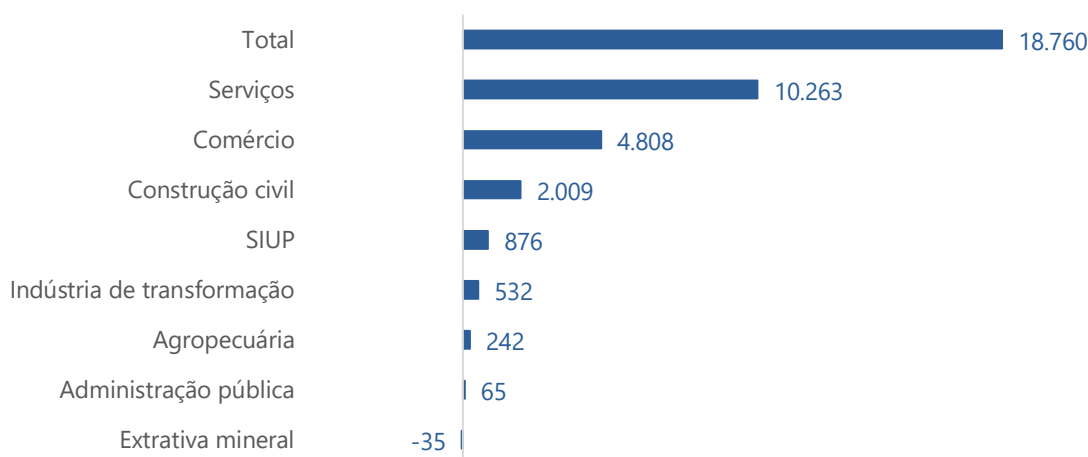
Assim como no país, o Espírito Santo também apresenta crescimento em seu mercado de trabalho.

No acumulado dos últimos 12 meses, o estado admitiu um total de 348,6 mil funcionários e desligou outros 329,7 mil,

gerando um saldo líquido de +18,8 mil postos de trabalho.

Entre os setores, destacaram-se: serviços (+10,3 mil vagas), comércio (+4,8 mil vagas) e construção civil (+2,0 mil vagas). Juntos foram responsáveis por 91,0% do total do saldo líquido capixaba nesta base de comparação.

Gráfico 7 – Saldo líquido de emprego formal no Espírito Santo, por setor – Acumulado em 12 meses (out/18 a set/19) *



(*) Saldos com ajuste das declarações enviadas fora do prazo até agosto/19
Fonte: Caged / Secretaria Especial do Trabalho e Previdência (Ministério da Economia)
Elaboração: Ideies / Findes

Nos primeiros nove meses de 2019 houve expansão de +18,2 mil postos de empregos formais no estado, resultado da diferença entre os 273,0 mil admitidos e os 254,8 mil desligados. Serviços (+9,9 mil postos), indústria de transformação (+3,2 mil postos) e construção civil (+3,0 mil postos) seguem ditando o ritmo da geração de emprego neste ano.

Neste período, o resultado da indústria de transformação foi puxado pelo crescimento do emprego formal na indústria mecânica (+1,4 mil vagas), indústria de produtos minerais não metálicos (+735 vagas) e indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (+585 vagas). O desempenho desse setor foi contrabalanceado pela redução de vagas formais na indústria de papel, papelão, editorial e gráfica (-127 vagas), metalúrgica (-100 vagas) e calçados (-78 vagas).

Em setembro foram admitidos 26,4 mil trabalhadores no Espírito Santo. Desta quantidade, 84,0% são pessoas que retornaram ao mercado de trabalho (reemprego) e 9,1% que se inseriram pela primeira vez (primeiro emprego). Em contrapartida, houve o desligamento de 23,4 mil pessoas, a maior parte delas por demissões sem justa causa (56,9%) e por desligamento a pedido (21,7%) (vide tabela 4).

A diferença dessas quantidades de admitidos e desligados resultou em um saldo líquido de +2,9 mil vagas celetista em setembro no estado. Este resultado foi -12,3% menor que o registrado para o mesmo mês em 2018.

Tabela 4 – Quantidade de admitidos e desligados, por tipo de movimentação no mercado de trabalho - Espírito Santo, setembro/2019

Situação	Tipo de Movimentação	Qtd
Admitidos	Admissão por reemprego	22.155
	Admissão por primeiro emprego	2.413
	Contrato trabalho prazo determinado	1.758
	Admissão por reintegração	47
Desligados	Desligamento por demissão sem justa causa	-13.342
	Desligamento a pedido	-5.088
	Desligamento por término de contrato	-3.984
	Término contrato trabalho prazo determinado	-433
	Desligamento por acordo empregado e empregador	-331
	Desligamento por demissão com justa causa	-187
	Desligamento por morte	-75
	Desligamento por aposentadoria	-4
Saldo Total		2.929

Fonte: ME / Caged

Elaboração: Ideies / Findes

Entre os setores, os maiores crescimentos de postos de trabalho foram gerados pelo comércio (+1,1 mil vagas), serviços (+1,1 mil vagas), construção civil (+497 vagas) e indústria de transformação (+299 vagas). O resultado deste último foi, principalmente, influenciado pela expansão do emprego formal na indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos (+122 postos) e indústria mecânica (+110 vagas). A maior destruição de vagas em setembro ocorreu no setor da agropecuária (-155 vagas), puxado pelo saldo líquido negativo das atividades de apoio à agricultura (-155 vagas) e cultivo do café (-85 vagas). Dessa forma, pelo quarto mês consecutivo, o final da safra do café ainda impacta negativamente o nível de emprego na agricultura.

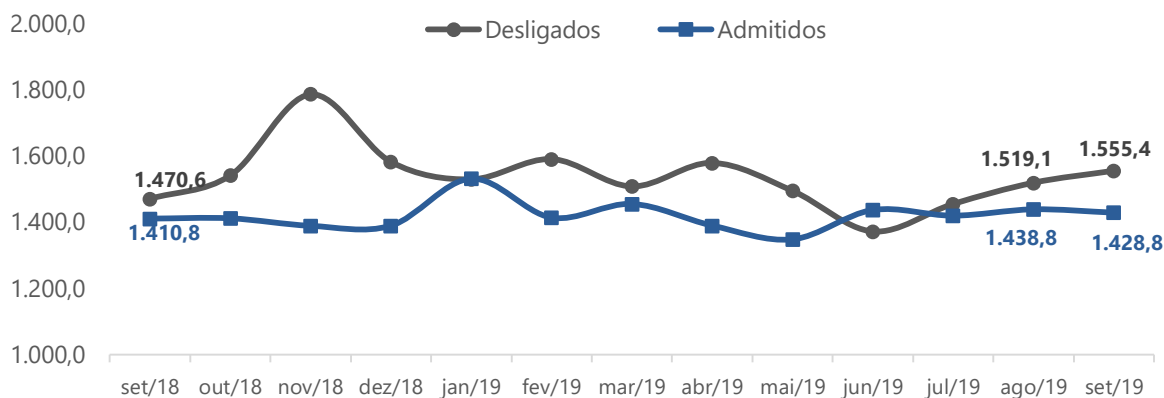
A média salarial no Espírito Santo em setembro foi de

R\$1.428,8 para os admitidos e de R\$1.555,4 para os desligados. Esses valores foram, respectivamente, 1,3% e 5,8% maiores que os registrados no mesmo mês do ano anterior. Entre os setores, as maiores remunerações médias entre os contratados ocorreram na indústria extrativa mineral (R\$ 2.149,6), na construção civil (R\$ 1.569,7) e na indústria de transformação (R\$ 1.484,8).

Com o resultado do Caged no mês de setembro, o Espírito Santo acumula um estoque total de 735,1 mil pessoas empregadas formalmente⁹.

Os serviços (329,4 mil), o comércio (182,8 mil) e a indústria de transformação (117,3 mil) respondem por 85,6% desse total de empregos.

Gráfico 8 – Evolução real da média salarial dos funcionários admitidos e desligados – Espírito Santo*



(*) Saldos com ajuste das declarações enviadas fora do prazo até agosto/19

Fonte: Caged / Secretaria Especial do Trabalho e Previdência (Ministério da Economia)

Elaboração: Ideies / Findes

⁹ O estoque de empregos formais do Espírito Santo corresponde a 1,9% do estoque do país, que alcançou 39,2 milhões de pessoas.

Tabela 5 – Estoque de empregos formais no Espírito Santo – Setembro/2019

Setores	Estoque
Serviços	329.453
Comércio	182.675
Indústria de transformação	117.278
Construção Civil	45.316
Agropecuária	33.523
Extrativa mineral	10.739
SIUP	8.923
Administração Pública	7.176
Total	735.083

Fonte: ME / Caged
Elaboração: Ideies / Findes

4. Desempenho Industrial

Em agosto, a produção física da indústria nacional caiu -1,7% tanto no acumulado nos últimos 12 meses quanto no acumulado do ano, de acordo com os dados da PIM-PF divulgada pelo IBGE. O desempenho negativo da indústria brasileira é resultado das quedas nas produções tanto da indústria extrativa quanto da indústria de transformação.

De janeiro a agosto, a indústria extrativa recuou -10,7% e a indústria de transformação reduziu -0,4% em relação ao mesmo período do ano passado. Com influência de -1,36 p.p.¹⁰ sobre a formação do índice geral (-1,7%), a indústria extrativa foi pressionada pelo item minérios de ferro. Como consequência, a produção dos bens intermediários recuaram -2,8% (na mesma base de comparação).

Entretanto, na passagem de julho para agosto com o ajuste sazonal, a indústria brasileira cresceu 0,8%, interrompendo a trajetória de queda de três meses consecutivos.

Dos 15 estados pesquisados, 11 apresentaram avanços das indústrias locais, com destaque para o Amazonas (7,8%) e o Pará (6,8%).

Na variação mensal, tanto a indústria extrativa (6,6%) quanto a indústria de transformação (0,2%) cresceram. Ainda em patamares abaixo dos registrados até janeiro, mês da paralização das minas de extração de minério de ferro em Minas Gerais, a produção da indústria extrativa começou a melhorar a partir de maio. Com a retomada das atividades da mina de Brucutu em junho e do Complexo de Vargem Grande em julho, a produção de minério de ferro da Vale no terceiro trimestre cresceu 35,4% em relação ao segundo trimestre¹¹.

¹⁰ Para o cálculo da formação da indústria geral, a metodologia da PIM-PF utiliza a ponderação das indústrias extrativa e de transformação de acordo com a proporção do Valor de Transformação Industrial de cada uma delas em 2010. Sendo assim, a indústria extrativa possui peso de, aproximadamente, 12% sobre a formação da indústria geral, e a indústria de transformação possui participação de 88%.

¹¹ Veja mais sobre o desempenho da Vale no terceiro trimestre em: http://www.vale.com/PT/investors/information-market/quarterly-results/ResultadosTrimestrais/PREPORT3T19_p.pdf.

O resultado trimestral da indústria será analisado no boletim do próximo mês, de acordo com a divulgação do IBGE.

Tabela 6 - Variação da Produção Industrial (%) - Brasil, agosto 2019

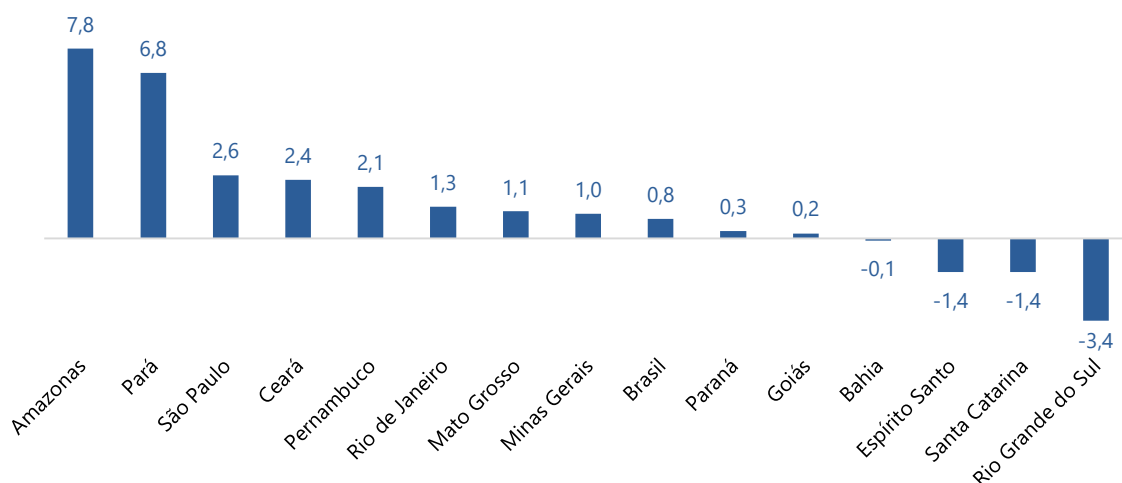
	Agosto 2019 / Julho 2019*	Agosto 2019 / Agosto 2018	Acumulada no ano	Acumulada nos últimos 12 meses
Indústria geral	0,8	-2,3	-1,7	-1,7
Indústrias extrativas	6,6	-1,8	-10,7	-6,4
Indústrias de transformação	0,2	-2,3	-0,4	-1,0
Bens de Capital	-0,4	-3,7	0,7	1,6
Bens Intermediários	1,4	-2,1	-2,8	-2,6
Bens de Consumo	-0,7	-1,8	0,3	-0,3
Bens de consumo duráveis	-1,8	-5,6	0,5	-0,6
Bens de consumo semi- duráveis e não duráveis	-0,4	-0,7	0,2	-0,3

(*) Dados com ajuste sazonal

Fonte: PIM-PF / IBGE

Elaboração: Ideies / Findes

Gráfico 9 - Variação mensal (%) da produção industrial das regiões pesquisadas – agosto 2019 (*)



(*) Dados com ajuste sazonal

Fonte: PIM-PF / IBGE

Elaboração: Ideies / Findes

No Espírito Santo, a produção física da indústria em agosto foi negativa em todas as bases de comparação.

De janeiro a agosto, o setor industrial capixaba caiu -12,8%, influenciado pelas quedas de -18,1% na indústria extrativa, e de -7,4% na indústria de transformação. A indústria extrativa contribuiu com -9,13 p.p. na formação do índice geral, e a indústria de transformação com -3,67 p.p.

Nesta mesma base de comparação, três das quatro atividades pesquisadas apresentaram desempenhos negativos. Com alta de 11,0%, apenas a fabricação de

produtos minerais não metálicos registrou crescimento. Esta atividade foi influenciada positivamente pelas produções de ladrilho, placas e azulejos de cerâmica, massa de concreto, cimentos Portland e granito.

Após a alta de julho (1,7%), na passagem de julho para agosto a indústria capixaba caiu -1,4%, abaixo também do desempenho nacional (0,8%). Nesta variação mensal com ajuste sazonal, a indústria extrativa avançou 3,1%, ao passo que a indústria de transformação recuou -2,6%.

Tabela 7- Variação da Produção Industrial (%) – Espírito Santo, agosto 2019

	Agosto 2019 / Julho 2019*	Agosto 2019 / Agosto 2018	Acumulada no ano	Acumulada nos últimos 12 meses
Indústria geral	-1,4	-16,2	-12,8	-7,2
Indústrias extrativas	3,1	-17,9	-18,1	-11,0
Indústrias de transformação	-2,6	-14,6	-7,4	-3,4
Fabricação de produtos alimentícios	-2,2	-15,2	-2,8	0,1
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	1,4	-43,4	-32,8	-21,4
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	0,9	4,7	11,0	6,9
Metalurgia	-4,7	-4,7	-4,4	0,0

(*) Dados com ajuste sazonal

Fonte: PIM-PF / IBGE

Elaboração: Ideies / Findes

Em agosto, o Brasil bateu o recorde de 2019 na produção de petróleo e gás natural (P&G) ao atingir 3.828 Mboe/d. A produção de petróleo foi de 2.989,4 Mbl/d e a de gás natural de 133,3 MMm³/d, o que corresponde a aumentos de 7,7% e de 7,4%, respectivamente, em relação a julho.

No Espírito Santo, a produção de P&G totalizou, em média, 341,5 milhões de barris de óleo equivalente por dia (Mboe/d) em agosto, maior patamar desde janeiro (383,1 Mboe/d). Com isso, na comparação contra julho, a produção de P&G aumentou 13,7%. Entretanto, no acumulado de janeiro a agosto, a produção de P&G recuou -18,9%.

No dia 11 de outubro as empresas Petrobras e Imetame assinaram um contrato de compra e venda dos campos terrestres do Polo Lagoa Parda, localizados no Espírito Santo. Esta medida faz parte do programa de desinvestimento da Petrobras, que vendeu a totalidade de suas participações nesses campos. A Imetame está no aguardo da aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para seguir com a submissão à ANP.

Tabela 8 - Variação (%) e Produção de Petróleo e Gás, Brasil e Espírito Santo - agosto 2019

Indicadores	Brasil			Espírito Santo		
	Gás Natural (MMm ³ /d)	Petróleo (Mbbbl/d)	Total (Mboe/d)	Gás Natural (MMm ³ /d)	Petróleo (Mbbbl/d)	Total (Mboe/d)
Produção	133,3	2.989,4	3.828,0	7,0	297,3	341,5
Variação (%) - acumulada no ano	5,3%	3,2%	3,6%	-22,7%	-18,2%	-18,9%
Variação (%) - ago.19 / ago.18	25,3%	18,5%	20,0%	-30,7%	-15,1%	-17,5%
Variação (%) - ago.19 / jul.19	7,4%	7,7%	7,7%	7,6%	14,6%	13,7%

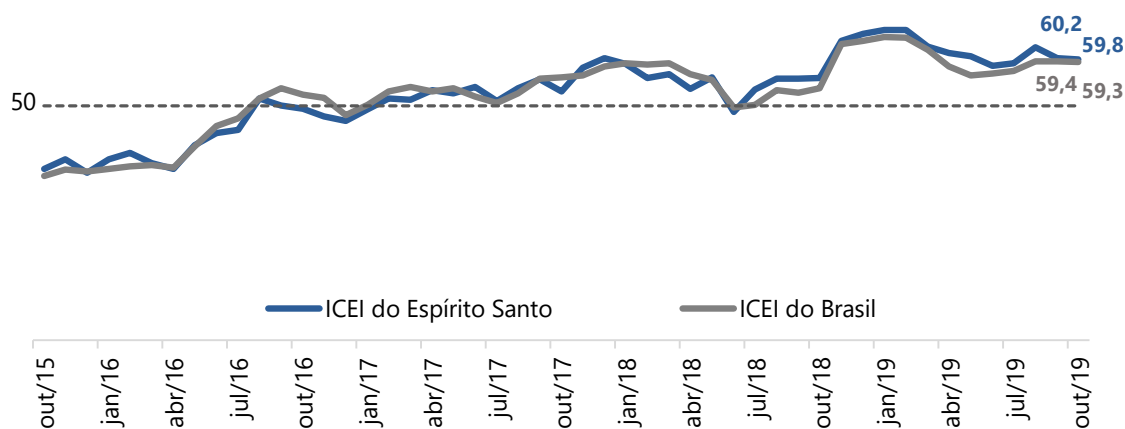
Fonte: ANP

Elaboração: Ideies / Findes

No que diz respeito à confiança do industrial brasileiro, mensurada através do Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI), o mês de outubro revelou patamar praticamente estável, em 59,3 pontos, -0,1 ponto abaixo de setembro (59,4 pontos).

No Espírito Santo, o ICEI atingiu 59,8 pontos, -0,4 pontos abaixo do verificado em setembro (60,2 pontos). Apesar disso, o índice acima de 50 pontos indica otimismo elevado dos industriais.

Gráfico 10 - ICEI - Índice de confiança do empresário industrial



* Índice: 0 a 100 pontos. Valores acima de 50 pontos indicam confiança dos empresários.

Fonte: Ideies / Findes e CNI

Elaboração: Ideies / Findes

5. Comércio Exterior

No acumulado até o terceiro trimestre do ano, as exportações brasileiras chegaram a US\$ 167,0 bilhões, valor -5,7% inferior ao de 2018 devido à redução das vendas externas de produtos manufaturados (-9,4%) e semimanufaturados (-4,6%).

No Espírito Santo, as exportações totalizaram US\$ 7,1 bilhões até setembro de 2019, o que representa um crescimento de 14,7% em relação aos nove primeiros meses de 2018. Esse aumento é explicado pela transação de venda da plataforma P-68¹², que sozinha injetou US\$ 1,5 bilhão nas exportações do estado.

Cabe ressaltar que a transação de venda da P-68 entrou no Regime Aduaneiro Especial¹³, aplicável à exportação “ficta”

de embarcações, como plataformas e FPSO, com titularidade de uma empresa situada no exterior, nesse caso na Holanda. Nesse regime especial, o envio físico do bem não se concretiza e ele fica em território nacional, conforme previsto no Decreto nº 6.759/2009, art. 233.

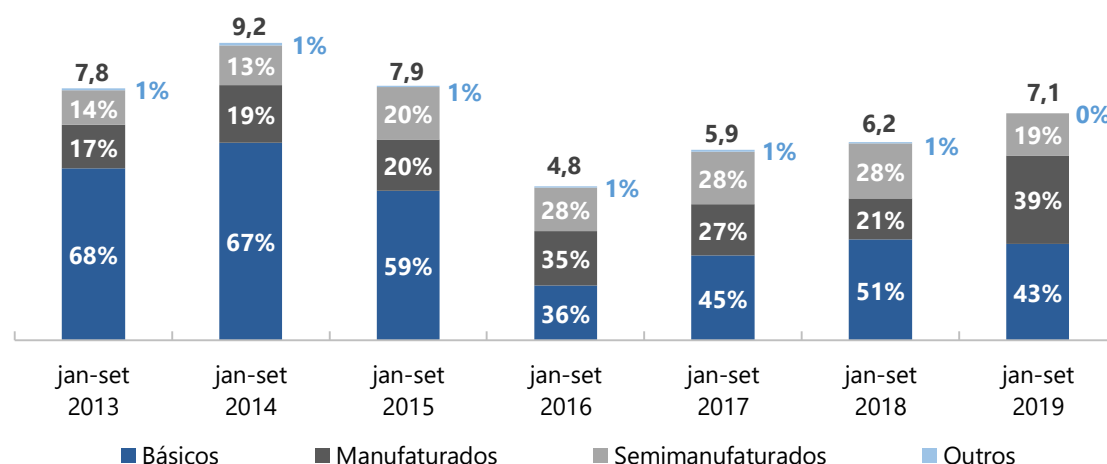
Assim, a análise do total exportado pelo Espírito Santo no período de janeiro a setembro de 2019, retirando o valor da P-68, totalizaria US\$ 5,6 bilhões e manteria o patamar mais baixo dos últimos três anos¹⁴. Considerando esse número, as exportações capixabas teriam variado -9,7% quando comparado à igual período de 2018.

¹² A plataforma é uma unidade de produção, armazenamento e transferência de petróleo e gás (FPSO) e estava sendo construída pelo Estaleiro Jurong na costa de Aracruz. A embarcação mede 316 metros de comprimento e 54 de largura, com capacidade para a produção de até 150.000 barris de petróleo por dia e para armazenamento de 1,6 milhão de barris. Entrará em operação nos campos de águas ultraprofundas na Bacia de Santos, em São Paulo.

¹³ Os regimes aduaneiros especiais apresentam como característica a exceção à regra geral de aplicação de impostos exigidos na importação de bens estrangeiros ou na exportação de bens nacionais (regimes comuns de importação e de exportação), além da possibilidade de tratamento diferenciado nos controles aduaneiros. Para mais informações, acesse: <http://www.receita.fazenda.gov.br/historico/srf/boaspraticas/aduana/Regimes.htm>

¹⁴ Confira mais informações na Nota do Comércio Exterior – “Espírito Santo exporta US\$ 3,7 bilhões no 3º trimestre de 2019, apesar de redução da demanda mundial”. Acesse: <http://www.portaldaindustria-es.com.br/publicacao/344-espírito-santo-exporta-us-3-7-bi-no-3-tri-de-2019-apesar-de-reducao-da-demanda-mundial>

Gráfico 11 – Evolução da participação no total da exportação do Espírito Santo, segundo classes, US\$ FOB bilhões e % do total



Fonte: Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Elaboração: Ideies / Findes

Tabela 9 – Identificação dos produtos¹⁵ com maior participação nas exportações do Espírito Santo, em US\$ e mil toneladas - 2018 e 2019

Descrição	2018				2019			
	US\$ mi	Part. %	Mil Ton	Part. %	US\$ mi	Part. %	Mil Ton	Part. %
1 Minérios de ferro e concentrados	1.935	31,4%	20.853	72,1%	1.580	22,4%	15.387	67,4%
2 Plataformas de perfuração ou de exploração	0	0,0%	0	0,0%	1.499	21,2%	76	0,3%
3 Óleos Brutos de Petróleo	694	11,3%	1.748	6,0%	791	11,2%	2.008	8,8%
4 Pastas químicas de madeira	735	11,9%	1.536	5,3%	468	6,6%	1.041	4,6%
5 Produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado	582	9,5%	1.079	3,7%	436	6,2%	897	3,9%
6 Café não torrado em grão	273	4,4%	140	0,5%	397	5,6%	254	1,1%
7 Produtos semimanufaturados, de outras ligas de aços	320	5,2%	529	1,8%	351	5,0%	624	2,7%
8 Outros granitos trabalhados	332	5,4%	547	1,9%	319	4,5%	571	2,5%
9 Outras pedras de cantaria	77	1,2%	36	0,1%	139	2,0%	65	0,3%
10 Outros tubos flexíveis de ferro ou aço	185	3,0%	12	0,0%	125	1,8%	7	0,0%
Total dos 10 produtos	5.134	83,4%	26.480	91,6%	6.103	86,5%	20.931	91,7%
Total das exportações	6.152	100%	28.910	100%	7.055	100%	22.824	100%

* valores referentes ao acumulado de janeiro a setembro

Fonte: Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços e Funcex
Elaboração: Ideies / Findes

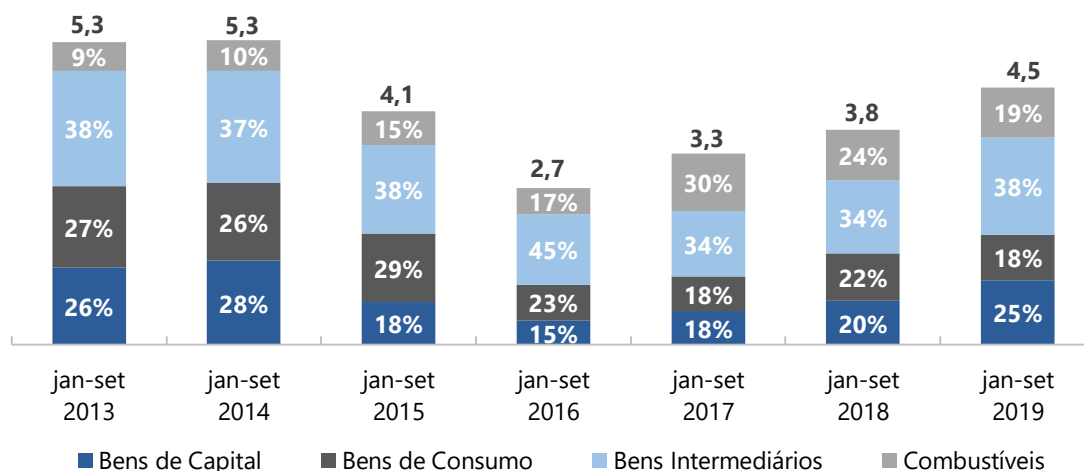
Em relação às importações, o Brasil comprou US\$ 133,5 bilhões até o terceiro trimestre de 2019, com crescimento nas importações de bens intermediários (1,7%), em comparação com igual período de 2018, única categoria econômica com variação positiva na pauta importadora. As importações totais ficaram -1,4% abaixo do valor de 2018, porém, acima dos números de 2017 (+19,9%) e 2016 (+29,4%).

O Espírito Santo segue com a trajetória de crescimento das compras externas, totalizando US\$ 4,5 bilhões em importações até o terceiro trimestre de 2019. Esse número supera o dos anos imediatamente anteriores, com avanços de +19,8%, +34,8% e +64,1% em relação a 2018, 2017 e 2016, respectivamente.

Comparando com 2018, as categorias econômicas em destaque foram bens de capital (+46,9%) e bens intermediários (+34,1%).

¹⁵ Identificação dos principais produtos por meio da desagregação em grupos de mercadorias, constituídos por famílias de produtos por códigos NCM-6 dígitos e NCM-8 dígitos, conforme classificação feita pela Funcex.

Gráfico 12 – Evolução da participação no total da importação para o Espírito Santo, segundo categorias econômicas, US\$ FOB bilhões e % do total



Fonte: Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Elaboração: Ideies / Findes

Tabela 10 – Identificação dos produtos¹⁶ com maior participação nas importações para o Espírito Santo, em US\$ e mil toneladas – 2018 e 2019

Descrição	2018				2019			
	US\$ mi	Part. %	Mil Ton	Part. %	US\$ mi	Part. %	Mil Ton	Part. %
1 Hulha	705	18,8%	4.169.289	69,4%	712	15,8%	4.316.017	70,1%
2 Torneiras e dispositivos semelhantes para canalizações	1	0,0%	39	0,0%	224	5,0%	2.586	0,0%
3 Automóveis com motor a explosão	285	7,6%	27.492	0,5%	215	4,8%	19.350	0,3%
4 Outros equipamentos terminais ou repetidores	100	2,7%	210	0,0%	110	2,5%	263	0,0%
5 Malte não torrado	39	1,0%	73.930	1,2%	99	2,2%	194.085	3,2%
6 Outros veículos automóveis com motor a diesel	1	0,0%	99	0,0%	93	2,1%	8.109	0,1%
7 Coques	76	2,0%	220.014	3,7%	89	2,0%	228.637	3,7%
8 Desperdícios e resíduos de alumínio	76	2,0%	46.173	0,8%	88	1,9%	61.200	1,0%
9 Outros veículos, equipados para propulsão	59	1,6%	4.374	0,1%	85	1,9%	5.951	0,1%
10 Outros aviões e outros veículos aéreos	74	2,0%	40	0,0%	83	1,9%	61	0,0%
Total dos 10 produtos	1.418	37,7%	4.541.659	75,6%	1.799	39,9%	4.836.258	78,6%
Total das Importações	3.762	100%	6.005.467	100%	4.507	100%	6.152.680	100%

* valores referentes ao acumulado de janeiro a setembro

Fonte: MDIC e Funcex

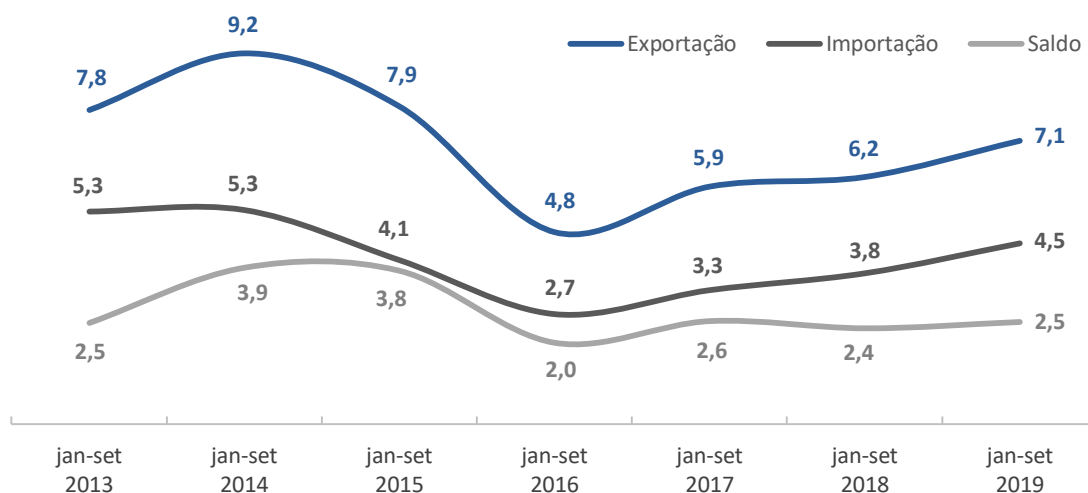
Elaboração: Ideies / Findes

Devido ao crescimento pontual das exportações, houve uma melhora no saldo da balança comercial capixaba, que alcançou US\$ 2,5 bilhões.

Com isso, o saldo capixaba, no acumulado até setembro de 2019 contra igual período de 2018, cresceu 6,6%. No Brasil o saldo da balança comercial alcançou US\$ 33,6 bilhões, resultado -19,5% abaixo do ocorrido em igual período de 2018.

¹⁶ Identificação dos principais produtos através da desagregação em grupos de mercadorias, constituídos por famílias de produtos por códigos NCM-6 dígitos e NCM-8 dígitos, conforme classificação feita pela Funcex.

Gráfico 13 – Balança comercial do Espírito Santo, US\$ FOB – milhões



Fonte: Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços

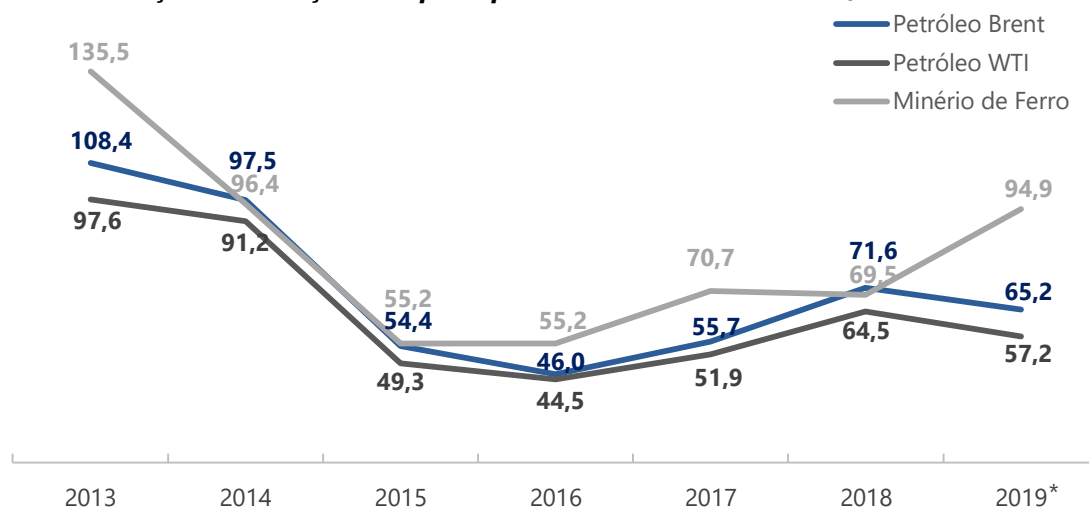
Elaboração: Ideies / Findes

O acompanhamento das cotações de preços das principais commodities mostra, de um lado, o comportamento positivo do minério de ferro e, de outro lado, a desaceleração do petróleo, no acumulado até o terceiro trimestre de 2019 comparado a 2018.

Neste ano, o preço internacional do minério de ferro

supera em 36,6% o ocorrido no ano passado. Em setembro a cotação do metal ficou 2,2% acima da registrada em agosto e alcançou o valor de US\$ 92,9. Já as cotações de petróleo, WTI e Brent, reduziram -11,4% e -9,0%, respectivamente, até o terceiro trimestre de 2019. No mês de setembro, o preço do petróleo Brent subiu +0,6% no mercado internacional, enquanto o do petróleo WTI foi reduzido em -1,9%, ambos os valores comparados a agosto.

Gráfico 14 – Evolução das cotações das principais commodities brasileiras, em US\$ - média anual



*últimas atualizações em setembro/2019

Fonte: Investing

Elaboração: Ideies / Findes

6. Crédito

Em agosto o mercado de crédito nacional cresceu 1,1% comparativamente a julho, totalizando R\$ 3,3 trilhões, puxado pelo crédito para as famílias (1,1%).

As operações de crédito com recursos livres subiram 1,5%, com destaque para o financiamento a empresas (1,7%).

As modalidades de financiamento para empresas com maior expansão mensal foram a aquisição de veículos

(5,7%), o cartão de crédito à vista (4,5%), o desconto de duplicatas e recebíveis (3,8%), o cartão de crédito parcelado (3,5%) e o capital de giro (0,5%). No caso das famílias financiadas com recursos livres, a aquisição de bens (1,6%), o cartão de crédito (1,2%) e o crédito pessoal (1,0%) foram as modalidades que mais cresceram.

No Espírito Santo, o mercado de crédito segue em expansão (1,0%). Em agosto o volume total de crédito alcançou R\$ 51,2 bilhões, crescimento mensal puxado, principalmente, pelo aumento das carteiras de financiamentos a empresas (1,5%).

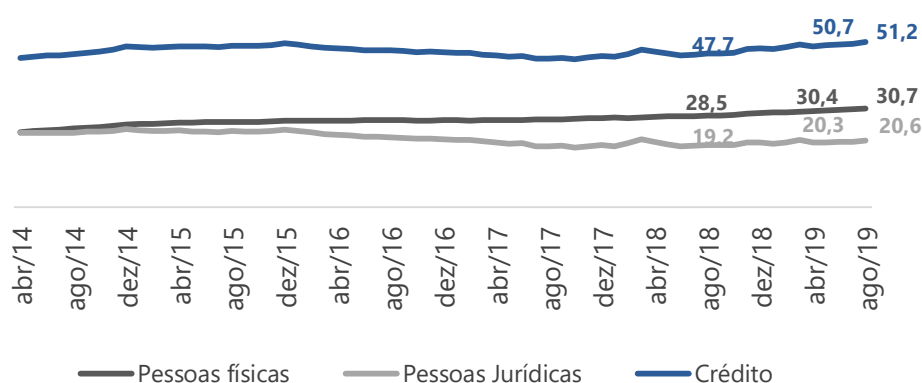
Tabela 11 – Variações (%) e saldos da carteira de crédito, por tipo de tomador – Brasil e Espírito Santo

Saldo da Carteira de Crédito	Agosto/2018			Julho/2019			Agosto/2019		
	Variação Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)	Variação no mês (%)	Variação Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)	Variação no mês (%)	Variação Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)	Saldo R\$ (Bilhões)
Brasil									
Credito Total	1,0	3,3	3.163,0	-0,2	5,1	3.290,2	1,1	5,1	3.325,6
Pessoa Jurídica	1,0	-0,5	1.436,3	-1,6	-1,6	1.400,3	1,0	-1,5	1.414,7
Pessoa Física	1,1	6,7	1.726,7	0,9	10,6	1.890,1	1,1	10,7	1.911,1
Recursos Livres	1,6	8,8	1.664,2	0,1	12,1	1.837,1	1,5	12,0	1.864,7
Pessoa Jurídica	1,8	8,5	761,2	-1,7	8,7	812,7	1,7	8,6	826,4
Pessoa Física	1,4	9,0	903,0	1,6	15,0	1.024,5	1,4	15,0	1.038,3
Recursos Direcionados	0,4	-2,1	1.498,9	-0,6	-2,6	1.453,0	0,5	-2,5	1.461,0
Pessoa Jurídica	0,0	-9,0	675,1	-1,5	-13,0	587,4	0,1	-12,9	588,2
Pessoa Física	0,7	4,3	823,7	0,0	5,9	865,6	0,8	6,0	872,8
Espírito Santo									
Credito Total	0,7	3,3	47,7	0,6	7,1	50,7	1,0	7,4	51,2
Pessoa Jurídica	0,9	2,0	19,2	0,4	6,5	20,3	1,5	7,1	20,6
Pessoa Física	-0,6	4,2	28,5	0,7	7,5	30,4	0,7	7,7	30,7

Nota: Variação ao mês, refere-se à comparação ao mês imediatamente anterior. Variação Interanual é a comparação do mês de referência contra o mesmo mês do ano anterior (variação em doze meses).

Fonte: Banco Central

Gráfico 16 – Saldo de Operações de Crédito, Espírito Santo - (R\$ bilhões)



Fonte: Banco Central

Elaboração: Ideies / Findes

A taxa média de juros nacional apresentou leve expansão (0,1 p.p.) em agosto, advindo do aumento da taxa de juros cobradas a pessoas físicas (0,2 p.p.). Espera-se que o atual cenário de cortes da Selic contribua para a redução das taxas de juros do mercado.

Nos últimos meses, alguns bancos públicos do país se pronunciaram para reduzir o custo de algumas modalidades de crédito, em linha com o corte recente da taxa Selic¹⁷. Contudo, pelo menos no curto prazo, nem todos os bancos têm repassado as quedas nos custos de captação (causados pela Selic). Enquanto a taxa de captação, remuneração que as instituições financeiras pagam para captar recursos, passou de 6,1 % a.a. em janeiro deste ano para 5,3% a.a. em agosto, a taxa de aplicação (custos dos empréstimos e financiamentos) passou de 24,7% a.a. para 25,1%¹⁸.

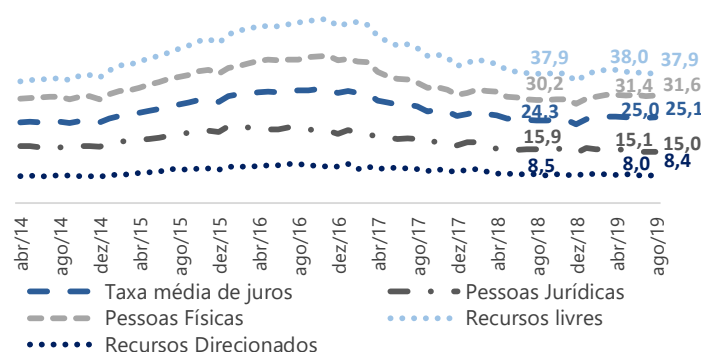
Sobre as taxas de inadimplência, houve leves variações (+0,1 p.p.) em quase todos os indicadores mensais, à exceção da taxa de inadimplência com recursos livres, que ficou estável. A taxa de inadimplência nacional mantém-se em torno de 3,0% desde julho de 2018.

No Espírito Santo, a taxa de inadimplência caiu -0,1 p.p. no mês, decorrente da redução da taxa de inadimplência das operações de crédito com empresas (-0,2 p.p.). A taxa de inadimplência das operações de crédito com as famílias manteve-se estável.

O Spread em agosto ficou em 19,9 p.p., 0,3 pontos a mais que em relação a julho, impulsionado pelo spread médio das operações de crédito com as famílias (26,5 p.p.) e pelo segmento de crédito com recursos direcionados, que passou de 4,0 p.p. em julho para 4,5 p.p. em agosto.

Algumas das taxas de juros praticadas pelas principais instituições financeiras do país são apresentadas na tabela 12. Na primeira semana de outubro, as taxas de juros mensais e anualizadas cobradas a empresas caíram nas modalidades de Conta Garantida e Desconto de Duplicatas. O custo de financiamento para capital de giro manteve relativa estabilidade na análise mensal.

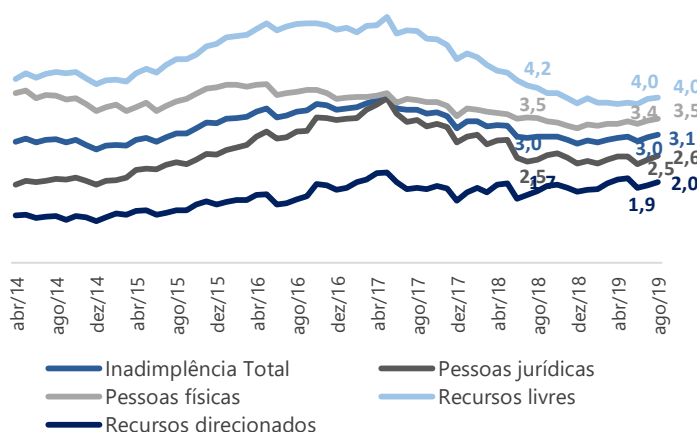
Gráfico 17 – Taxa média de juros, por tipo tomador e por tipo de recurso – Brasil (% a.a.)



Fonte: Banco Central

Elaboração: Ideies / Findes

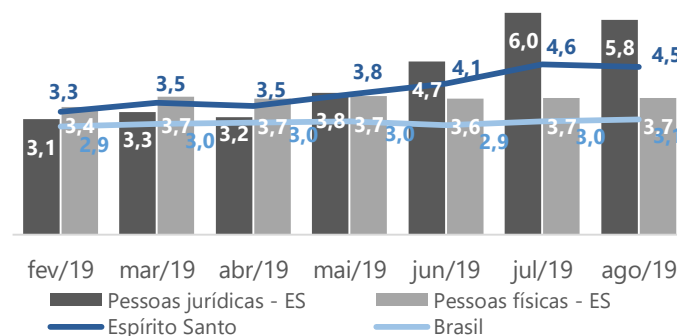
Gráfico 18 – Taxa de Inadimplência por tipo de tomador e tipo de recurso – Brasil (%)



Fonte: Banco Central

Elaboração: Ideies / Findes

Gráfico 19 – Taxa de Inadimplência total – Espírito Santo e Brasil (%)



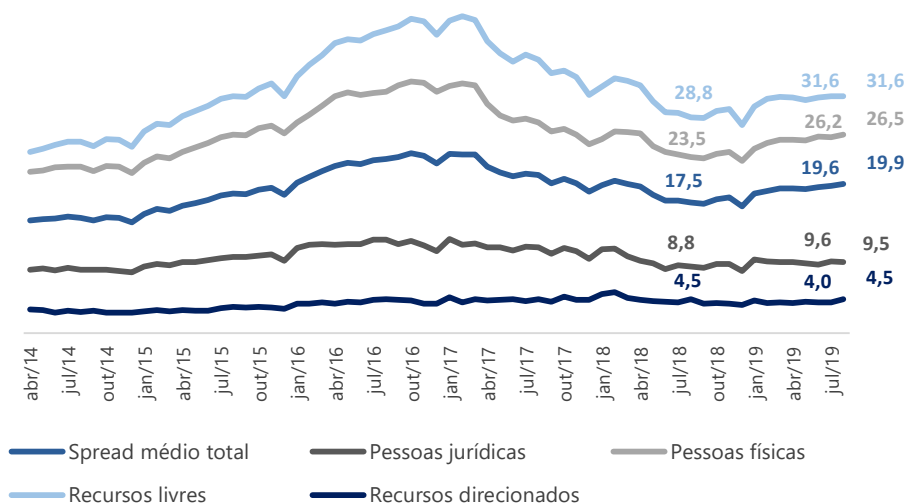
Fonte: Banco Central

Elaboração: Ideies / Findes

¹⁷A seção Cenário Econômico discorre sobre a redução da Selic para 5,0% a.a. na última reunião do Copom.

¹⁸ Veja na próxima edição do Boletim os avanços do mercado de crédito referentes ao mês de setembro. Os indicadores apontam uma melhora generalizada no mercado de crédito: crédito total (+1,0%), crédito a famílias (+1,0%), crédito a empresas (+1,1%), taxa de juros (-0,66 p.p.), spread geral (-0,5 p.p.).

Gráfico 20 – Spread médio, por tipo de tomador e por tipo de recurso - Brasil (em p.p.)



Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Findes

Os custos de empréstimos e financiamentos outorgados pelo Banestes mostraram redução nas linhas pré-fixadas de capital de giro com prazo superior a 365 dias, Conta Garantida e Adiantamento sobre Contrato de Câmbio.

O Banco Central reviu sua projeção de crescimento do mercado de crédito, e estima alta de 5,7% até o final do ano. Para 2020, há projeção de aumento de 8,1% do saldo da carteira de crédito, liderado pelo crédito às famílias (11,2%) e pela melhora relativa do crédito às empresas (3,8%)¹⁹.

Tabela 12 - Taxas médias de juros cobradas pelas principais instituições financeiras do varejo - Pessoa Jurídica

Período Analisado: de 01/10/2019 a 07/10/2019

Instituição	Capital de Giro até 365 dias		Capital de Giro superior 365 dias		Conta Garantida		Desconto de Duplicatas		Adiantamento Contrato Câmbio	
	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.
Banco do Brasil	1,0	13,2	1,0	12,8	2,3	31,8	1,7	22,4	0,2	2,4
Caixa Econômica	2,0	26,2	1,5	20,2	-	-	2,3	31,5	0,5	6,4
Santander	3,2	45,2	1,8	23,8	2,5	35,1	1,3	16,5	0,3	3,4
Itaú-Unibanco	1,7	22,4	1,5	19,5	3,3	48,4	1,5	19,1	0,2	2,6
Bradesco	1,8	23,3	1,6	20,8	3,3	47,9	1,2	15,8	0,3	3,2
Banestes	2,9	41,4	2,0	26,9	2,5	34,8	2,4	32,6	0,6	7,3
Média Total	1,9	26,1	1,5	19,4	2,9	40,8	1,6	21,1	0,3	3,6
Varição Banestes*	-	-	-0,1	-1,8	-0,1	-1,5	0,3	4,4	-0,1	-1,1
Varição média total*	0,1	1,1	0,0	-0,3	-0,1	-0,9	-0,1	-1,0	0,0	0,0

* Varição média total em p.p.. Refere-se à comparação com as taxas do período de 02/09/2019 a 06/09/2019

Fonte: Instituições Financeiras / Banco Central

Elaboração: Depecon / Fiesp & Ideies / Findes

¹⁹ Veja "Projeções para a evolução do crédito em 2019 e 2020" no Relatório de Inflação de setembro.

<https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/ri/201909/ri201909p.pdf>

7. Finanças Públicas Estaduais

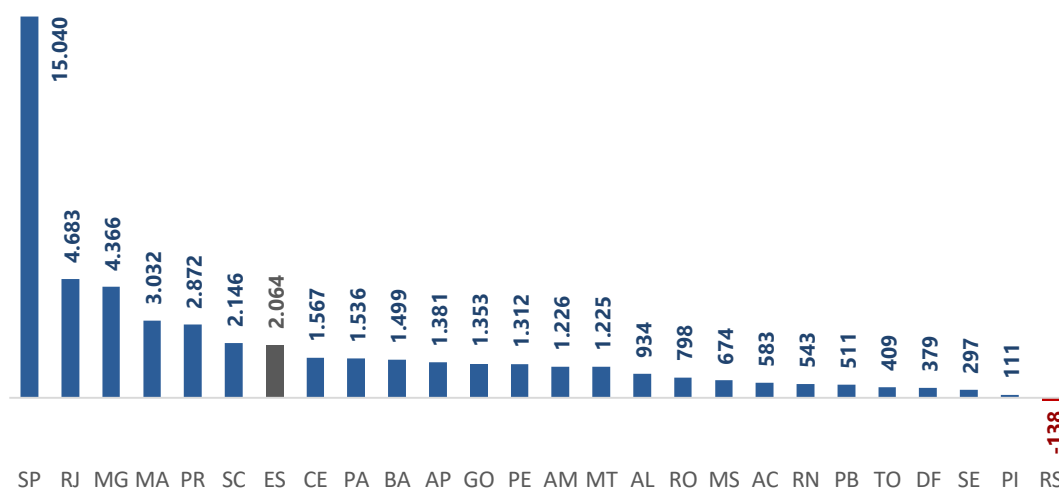
Ao final do segundo quadrimestre do ano os estados enviaram à Secretaria do Tesouro Nacional as suas informações financeiras, em cumprimento ao previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A análise destes dados permite uma visualização mais ampla sobre as condições fiscais dos entes federativos, bem como a comparação entre eles²⁰.

O Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) está previsto na LRF²¹ e é de envio obrigatório por parte dos estados, com periodicidade bimestral. Um dos

indicadores trazido por ele é o do resultado primário, que consiste na diferença entre as receitas primárias e as despesas primárias²², indicando o quanto o governo conseguiu poupar (superávit primário) ou o quanto ele gastou a mais do que sua arrecadação (déficit primário), no período analisado.

No acumulado do ano até agosto, apenas um dos 26 estados em análise apresentou déficit primário: o Rio Grande do Sul, que tem uma das situações fiscais mais graves nos últimos anos.

Gráfico 21 - Resultado Primário das Unidades da Federação – 2º quadrimestre de 2019 (em R\$ milhões)



Nota: Resultado Primário "acima da linha", considera a diferença entre as receitas e as despesas primárias.

Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Siconfi/STN

Elaboração: Ideies / Findes

²⁰ Os dados utilizados nesta seção foram extraídos do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) da Secretaria do Tesouro Nacional. Por não constar nas bases de dados até a data de extração, Roraima é o único estado não considerado nas análises.

²¹ As exigências referentes ao RREO estão estabelecidas nos artigos 52 e 53 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm

²² Os conceitos de receitas e despesas primárias não levam em consideração a incidência das despesas e receitas financeiras, ou seja, aquelas relacionadas às dívidas e aos juros que o ente tenha recebido ou pagado.

Vale ressaltar que o momento mais importante da apuração do resultado primário é em dezembro, ao final do exercício fiscal, e, dada a dinâmica das despesas públicas, que costumam se elevar na parte final do ano, o resultado parcial do segundo quadrimestre ainda pode se transformar em déficits em outras unidades da federação.

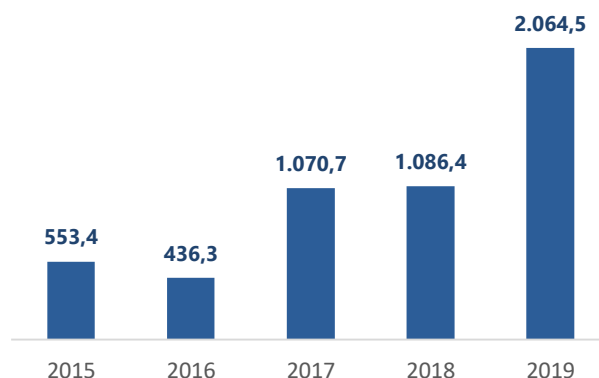
Não deverá ser o caso do Espírito Santo, que acumula um bom superávit primário até o momento, somando R\$ 2,06 bilhões. Comparado aos últimos anos, em que também foram registrados superávits até o segundo quadrimestre, 2019 se destaca por conta da recuperação das receitas com impostos, taxas e contribuições, e pelo recebimento extraordinário de transferências de capital, referentes aos valores retroativos da exploração de petróleo do novo Parque das Baleias.

Outro indicador presente no RREO é o resultado nominal, que apura a variação do estoque da dívida líquida de cada ente. Um resultado nominal positivo indica que o estado teve uma redução da sua dívida líquida no período analisado. No acumulado do ano até agosto, seis estados aumentaram seus endividamentos, gerando resultados nominais negativos.

A dívida líquida corresponde à dívida bruta deduzida da disponibilidade de caixa e demais haveres financeiros que o estado dispõe, entendidos como valores disponíveis para cobrir essa dívida. Desta forma, é possível reduzir o endividamento líquido diminuindo a dívida bruta e/ou ampliando a disponibilidade de caixa.

Entre o final de 2018 e agosto de 2019, a dívida consolidada (bruta) do Espírito Santo teve aumento de 2,1%, chegando a R\$ 6,94 bilhões. No entanto, as deduções (disponibilidade de caixa somado aos haveres financeiros) se elevaram em 43,6%, totalizando R\$ 6,04 bilhões. Dessa forma, a dívida consolidada líquida se reduziu bastante, gerando o melhor resultado nominal dos últimos anos.

Gráfico 22 - Resultado Primário no 2º quadrimestre de cada ano - Governo do Estado do Espírito Santo, 2015-2019 (em R\$ milhões)



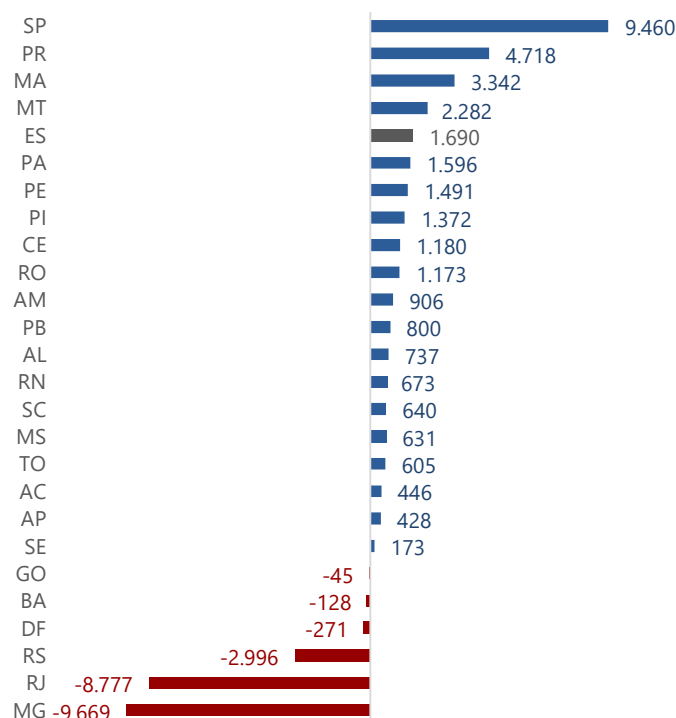
Nota 1: Resultado Primário "acima da linha", considera a diferença entre as receitas e as despesas primárias.

Nota 2: Valores atualizados pelo IPCA de Agosto/2019

Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Siconfi/STN

Elaboração: Ideies / Findes

Gráfico 23 – Resultado nominal das Unidades da Federação – 2º quadrimestre de 2019 (em R\$ milhões)

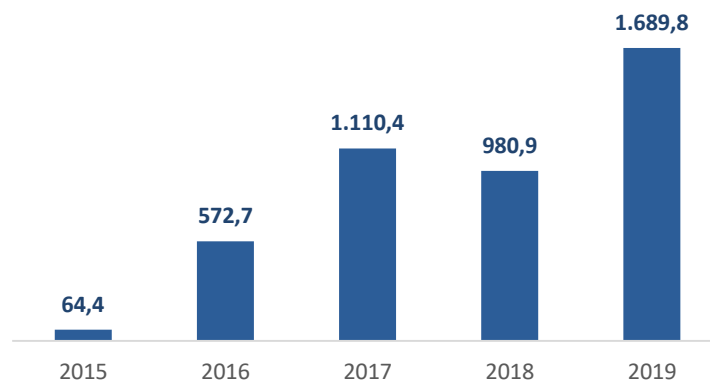


Nota: Resultado Nominal "abaixo da linha", em que um valor positivo indica redução da dívida consolidada líquida em comparação ao último quadrimestre do ano anterior.

Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Siconfi/STN

Elaboração: Ideies / Findes

Gráfico 24 - Resultado Nominal no 2º quadrimestre de cada ano - Governo do Estado do Espírito Santo, 2015-2019 (em R\$ milhões)



Nota 1: Resultado Nominal “abaixo da linha”, em que um valor positivo indica redução da dívida consolidada líquida em comparação ao último quadrimestre do ano anterior.

Nota 2: Valores atualizados pelo IPCA de Agosto/2019

Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Siconfi/STN

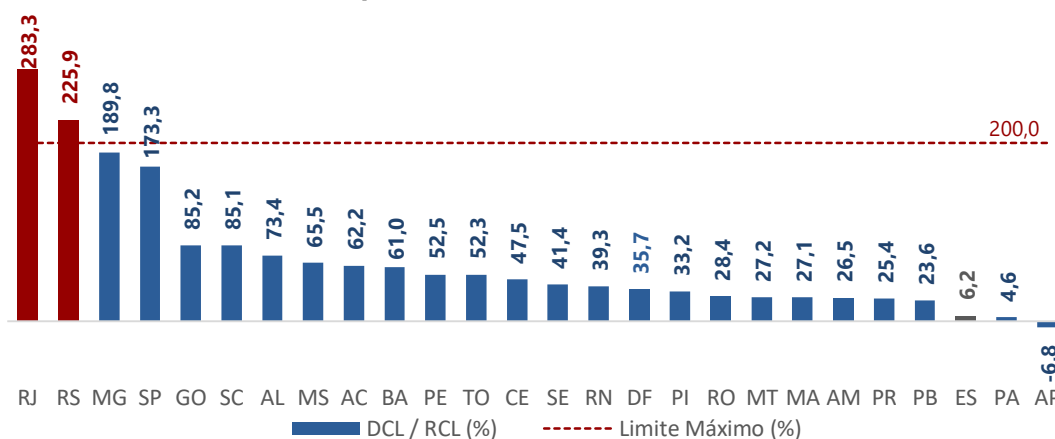
Elaboração: Ideies / Findes

A dívida consolidada líquida também compõe um outro importante indicador presente na LRF. Ele está contido no Relatório de Gestão Fiscal (RGF), o segundo relatório obrigatório determinado pela Lei, que tem periodicidade quadrimestral²³.

O indicador em questão avalia o tamanho da dívida

consolidada líquida (DCL) em relação à receita corrente líquida (RCL). Segundo a resolução do Senado Federal²⁴, a proporção máxima de endividamento permitido aos estados é de 200% da RCL. No segundo quadrimestre deste ano, apenas Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul descumpriam o limite.

Gráfico 25 – Dívida Consolidada Líquida como proporção da Receita Corrente Líquida – 2º quadrimestre de 2019 (em %)



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal - Siconfi/STN

Elaboração: Ideies / Findes

²³ As exigências referentes ao RGF estão estabelecidas nos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

²⁴ Art. 3º da Resolução do Senado Federal nº 40/2001, disponível em:

<https://legis.senado.leg.br/norma/562458/publicacao/16433576>

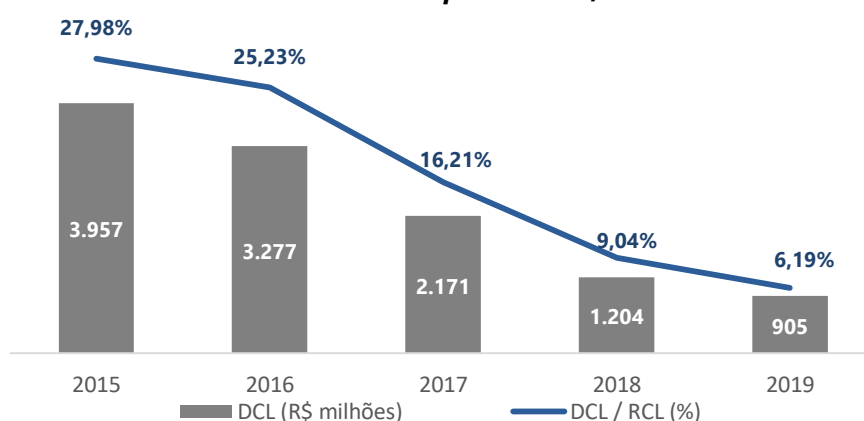
Com sua dívida consolidada líquida representando apenas 6,2% da receita corrente líquida, o Espírito Santo aparece com o 3º menor percentual de comprometimento dentre os estados em análise e registra o seu menor nível de endividamento, em proporção da RCL, dos últimos 10 anos.

Por fim, mais um importante indicador da LRF é o que analisa o nível de comprometimento da receita corrente líquida com as despesas de pessoal²⁵. Segundo os parâmetros estabelecidos na lei, os gastos com pessoal

ativo, inativo e terceirizado podem atingir o limite máximo de 49% da RCL, no caso do poder executivo estadual. Um limite de alerta é atingido ao se alcançar 44,10% e o limite prudencial com 46,55%.

Nos resultados para o segundo quadrimestre de 2019, dos 26 estados brasileiros em análise, seis extrapolaram o limite máximo, quatro já estão acima do limite prudencial e nove ultrapassaram o limite de alerta. Apenas seis estados, incluindo o Espírito Santo, ficaram abaixo dos limites determinados na LRF.

Gráfico 26 - Dívida Consolidada Líquida no 2º quadrimestre, em R\$ milhões e em % da RCL - Governo do Estado do Espírito Santo, 2015-2019

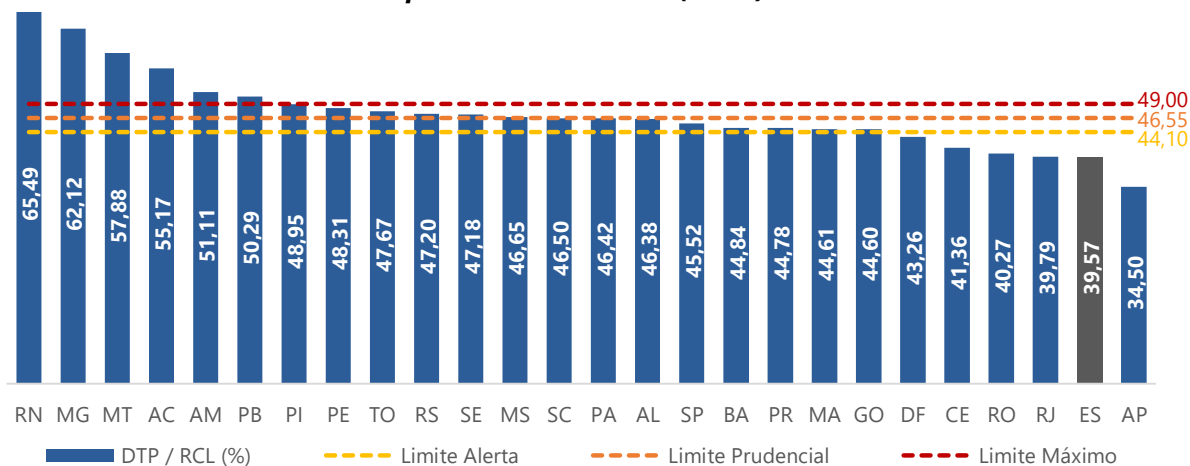


Nota: Valores atualizados pelo IPCA de Agosto/2019

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal - Siconfi/STN

Elaboração: Ideies / Findes

Gráfico 27 - Despesa Total com Pessoal / Receita Corrente Líquida - Unidades da Federação, 2º quadrimestre de 2019 (em %)



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal - Siconfi/STN

Elaboração: Ideies / Findes

²⁵ As definições e limites referentes às despesas com pessoal estão estabelecidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Analisando a evolução do Espírito Santo nos últimos anos, considerados os valores para o segundo quadrimestre, observa-se que entre 2015 e 2017 as despesas com pessoal se reduziram significativamente, especialmente os gastos com pessoal ativo e terceirizado, que fez o percentual de comprometimento cair de 44,53% para 41,73%, mesmo com a acentuada queda na receita

corrente líquida. Em 2018, com a RCL estável e com um ligeiro aumento da despesa com pessoal, houve uma elevação para 42,31% de comprometimento, ainda abaixo do limite de alerta. Agora, em 2019, foi registrado um novo pequeno aumento nas despesas, mas a grande recuperação das receitas fez com que o percentual caísse ainda mais, para 39,57%.

Tabela 13 - Detalhamento das Despesas com Pessoal e Receita Corrente Líquida no 2º quadrimestre de cada ano - Poder Executivo Espírito Santo (em R\$ milhões)

Item	2015	2016	2017	2018	2019
Receita Corrente Líquida Ajustada (RCL)	14.140	12.988	13.390	13.325	14.609
Despesa Líquida com Pessoal	6.291	5.688	5.587	5.636	5.779
Pessoal Ativo	4.637	4.061	3.680	3.574	3.710
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.254	2.181	2.308	2.433	2.551
Outras Despesas de Contratos de Terceirização	269	232	170	166	169
(-) Despesas não Computadas	869	785	572	536	651
Inscritas em restos a pagar não processados	5	3	1	1	2
Despesa Total com Pessoal	6.296	5.692	5.588	5.638	5.780
Despesa Total com Pessoal / RCL (%)	44,53%	43,82%	41,73%	42,31%	39,57%

Nota 1: valores atualizados pelo IPCA de Agosto/2019.

Nota 2: os dados correspondem ao acumulado dos últimos 12 meses até o segundo quadrimestre de cada ano.

Nota 3: As "Despesas não Computadas" incluem indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária; despesas de exercícios anteriores e decorrentes de decisão judicial de período anterior ao da apuração; despesas de inativos e pensionistas com recursos vinculados (§ 1º do art. 19 da LRF).

Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal / Sefaz ES

Elaboração: Ideies / Findes

É possível observar que os gastos com pessoal inativo e pensionistas mantêm sua trajetória persistente de alta, o que deve sempre ser motivo de atenção para os gestores, visto que esse é um gasto que não pode ser cortado caso haja queda das receitas.

Em relação aos resultados, as notas dos 27 estados brasileiros variaram entre 105,68 e 180,88, com média de 150,00. O Espírito Santo ficou na segunda colocação do ranking com 176,38 pontos, atrás apenas de Sergipe.

Neste mês de outubro, a Secretaria do Tesouro Nacional lançou o Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal Estadual²⁶, mais uma iniciativa para avaliar e fomentar a melhoria da qualidade das informações dos entes. Para a primeira edição do ranking foram utilizados dados referentes ao fechamento do ano de 2018 e aplicadas três das quatro dimensões previstas para a avaliação. Na próxima edição, com dados de 2019, a análise será completa.

No total foram verificados 38 itens que constam no RREO, no RGF e nas Declarações de Contas Anuais (DCA), e o estado capixaba mostrou compatibilidade em 36 deles, apenas um a menos que o estado sergipano. Tais resultados atestam a boa qualidade do tratamento e da disponibilização da informação contábil e fiscal do Espírito Santo, fatores importantes para o devido acompanhamento dos órgãos de controle e da sociedade em geral.

²⁶ Confira os dados e informações sobre o Ranking em: <http://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/ranking-da-qualidade-da-informacao-contabil-e-fiscal-estadual>

8. Comentários Finais

O mês de outubro terminou com a notícia de mais um corte na taxa básica de juros do país, renovando a mínima histórica. O Copom anunciou no dia 30/10 o novo patamar da Selic, em 5,00% a.a. As atuais expectativas do mercado, segundo o Boletim Focus, apontam para uma taxa de 4,50% a.a. ao final de 2019.

Corroborou para a nova queda na taxa básica a manutenção da inflação em níveis abaixo da meta. No mês de setembro, o IPCA registrou queda de -0,04% no Brasil e o resultado acumulado em 12 meses ficou em 2,89%. Para a Região Metropolitana da Grande Vitória a variação mensal foi de -0,02% e o acumulado em 12 meses registra 2,13%.

A atividade econômica ainda mantém desempenho tímido, o que também reforça o cenário pela decisão de reduzir a taxa de juros. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) registrou alta de 0,07% em agosto, valor abaixo do esperado pelo mercado. Em 12 meses acumulados até agosto, a atividade econômica tem alta de 0,87%. Vale ressaltar que a projeção do mercado para variação do PIB em 2019 teve alta nas últimas duas edições do Boletim Focus, chegando a 0,91% na última semana de outubro.

Abrindo a evolução da atividade econômica por setores, os serviços acumulam crescimento de 0,6% em 12 meses até agosto, enquanto o comércio também sobe 1,4% e produção física da indústria nacional tem queda de -1,7%.

Para o Espírito Santo, na mesma base de comparação, a atividade econômica acumula alta de 0,9%, com quedas na produção da indústria (-7,2%) e dos serviços (-0,9%), e alta no volume do comércio capixaba (5,8%) até agosto.

O saldo de crédito nacional teve crescimento de 1,1% em agosto, quando comparado a julho, e de 5,1% na variação interanual em relação a agosto de 2018. Para o Espírito Santo a alta no mês foi de 1,0% e anualmente chegou a 7,4%. A taxa média de juros nacional manteve certa

estabilidade, com 25,1% a.a.

No mercado de trabalho o último dado referente ao mês de setembro foi positivo, com saldo líquido 157,2 mil novas vagas formais criadas no Brasil e 2,9 mil novas vagas no estado. No acumulado do ano os saldos chegaram a 761,7 mil e 18,2 mil, respectivamente.

Já no comércio exterior as exportações brasileiras acumulam queda de -5,7% no acumulado até setembro em relação ao mesmo período de 2018, e totalizam US\$ 167,0 bilhões. No Espírito Santo as exportações registram crescimento de 14,7% no mesmo período, com US\$ 7,1 bilhões, bastante influenciadas pela venda da plataforma P-68 no mês de setembro, pelo valor de US\$ 1,5 bilhão.

Nas importações o Brasil também apresenta queda de -1,4% nos nove primeiros meses do ano, ao valor de US\$ 133,5 bilhões. No estado as importações sobem 19,8% em relação a 2018, totalizando US\$ 4,5 bilhões.

Na análise das finanças públicas estaduais até o segundo quadrimestre do ano, o Espírito Santo segue como uma das unidades da federação em melhor situação, cumprindo todos os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e alcançando a sua menor proporção de dívida/receita dos últimos 10 anos.

Na agenda política, o mês de outubro teve como principal destaque a aprovação da Reforma da Previdência em segundo turno no Senado Federal, que agora aguarda para ser promulgada. Segue a expectativa pela tramitação da "PEC paralela", que pretende incluir estados e municípios na reforma original. Outros grandes temas ensaiam ganhar protagonismo nas discussões do Congresso Nacional, como a reforma tributária e a reforma administrativa, além de outros que podem precisar de alguma rediscussão com maior urgência, como a regra de ouro e o teto de gastos. O mais provável, no entanto, é que todos fiquem para 2020.

Lista de Siglas e Fontes dos indicadores utilizados nesta publicação

- ACC:** Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio
ANP: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Anatel: Agência Nacional das Telecomunicações
BC: Banco Central do Brasil
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Cade: Conselho Administrativo de Defesa Econômica
Caged: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CMN: Conselho Monetário Nacional
CNAE: Classificação Nacional de Atividades Econômicas
Copom: Comitê de Política Monetária
Fecomércio-ES: Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Espírito Santo
Fed: Federal Reserve – Banco Central dos Estados Unidos
Fiesp: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Findes: Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo
FMI: Fundo Monetário Internacional
Focus: Relatório semanal organizado pelo BC, com expectativas de mercado de cerca de 130 instituições
FPE: Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal
FOB: “Free On Board”
Funcex: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior
Fundeb: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBC: Índice de Atividade Econômica do Banco Central
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRE/FGV: Instituto Brasileiro de Economia / Fundação Getúlio Vargas
IC-Br: Índice de Commodities Brasil
ICEI: Índice de Confiança do Empresário Industrial
ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IJSN: Instituto Jones dos Santos Neves
IPI: Imposto sobre Produtos Industrializados
IR: Imposto de Renda
LCA: LCA Consultores
MDIC: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MTE: Ministério do Trabalho
IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
Pasep: Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIB: Produto Interno Bruto
PIM-PF: Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física
PMC: Pesquisa Mensal do Comércio
PMS: Pesquisa Mensal de Serviços
RMGV: Região Metropolitana da Grande Vitória
SEFAZ: Secretaria de Estado da Fazenda
Selic: Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SIGEFES: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo
SIUP: Serviços Industriais de Utilidade Pública
STN: Secretaria do Tesouro Nacional

BOLETIM ECONÔMICO CAPIXABA

Publicação do Ideies – Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo

ISSN 2595-9247

Entidade do Sistema Findes | Gerência de Estudos Econômicos

Revisão

Marcelo Barbosa Saintive

Silvia Buzzone de Souza Varejão

Elaboração

Cenário Econômico – Jordana Teatini Duarte

Mercado de Trabalho – Thais Maria Mozer

Desempenho Industrial – Jordana Teatini Duarte

Comércio Exterior – Taíssa Farias Soffiatti

Crédito – Balmore Alírio Cruz Aguilar

Finanças Públicas Estaduais – Rodrigo Taveira Rocha

Comentários Finais – Rodrigo Taveira Rocha

 (27) 3334-5689 |  ideies.org.br |  @ideies |  (27) 98818-2897